

PROTESTOS OU VANDALISMO? Revoltas urbanas no Rio de Janeiro na perspectiva da imprensa carioca. (1999 – 2002)

Natália Braga de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Antropologia / UFRJ
Mestrado

Orientador: Michel Misse
Doutor em Sociologia

**Rio de Janeiro
2004**

Oliveira, Natália Braga de.

Protestos ou Vandalismo? Revoltas urbanas no
Rio de Janeiro na perspectiva da imprensa carioca.

Rio de Janeiro, UFRJ/PPGSA, 2004.

viii, 98p., il.

Dissertação – Universidade Federal do Rio de
Janeiro, PPGSA.

1. Violência Urbana. 2. Imprensa 3. Dissertação

(Mestr. – UFRJ/ PPGSA).I. Título

AGRADECIMENTOS

Na realização deste trabalho pude contar com pessoas que foram fundamentais para a sua conclusão. Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu marido Enrico Maués pelo carinho, incentivo e compreensão durante todo o tempo que estive envolvida na feitura deste trabalho. Aos meus pais, Ricardo e Margarete de Oliveira, e aos meus irmãos, Vívian e Daniel de Oliveira, pelo amor e segurança tão importantes na realização de qualquer empreendimento. Às minhas queridas amigas, Luciana Lombardo, Mariana Waghabi e Daniela Esteves, que foram ótimos “ombros” e “ouvidos”, me auxiliando em diversas questões nestes últimos dois anos. Aos meus sogros, José Maués e Antônia Jucá, e ao meu cunhado Erick Maués, que me apoiaram nas questões familiares, contribuindo também para a realização deste trabalho.

O trabalho também não teria se concluído sem a orientação do professor Michel Misse, que ainda me deu importante incentivo para acreditar que minhas idéias poderiam ser transformadas nesta dissertação; e as sugestões dos professores Luiz Antônio Machado e João Trajano, dadas durante a qualificação da dissertação. Devo agradecer também a todo corpo docente do PPGSA pelas diversas contribuições à minha carreira acadêmica, ao Programa de bolsa da CAPES e aos entrevistados, estes últimos que me cederam seu tempo e acreditaram na importância deste trabalho. E por último, agradeço à Deus, pois sempre foi a minha fonte de força e esperança.

RESUMO

OLIVEIRA, Natália Braga de Oliveira. **Protestos ou Vandalismo;** revoltas urbanas no Rio de Janeiro na perspectiva da imprensa carioca. (1999 – 2002).

Orientador: Michel Misse. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2004. Diss.

Este estudo busca compreender as manifestações que recorrem ao uso da violência, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1998 e 2002, e que apresentam reivindicações em relação à atuação das forças policiais em localidades pobres da cidade. Com base em fatos noticiados pela imprensa monta um “perfil” do objeto no qual apresenta dados quantitativos, as suas principais características e as discussões que o envolve, procurando ainda diferenciá-lo de eventos semelhantes. Através da análise de textos jornalísticos busca-se compreender quais fatos influenciaram a compreensão do evento pela imprensa carioca. Discutindo a negação na sociedade atual do uso da violência nas relações sociais, o apelo jornalístico identificado no uso de termos que remetem à idéia de violência, o discurso acusatório como forma de deslegitimar a ação e o papel do Estado e da imprensa na disseminação deste discurso.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Natália Braga de Oliveira. **Protestos ou Vandalismo**; revoltas urbanas no Rio de Janeiro na perspectiva da imprensa carioca. (1999 – 2002).

Orientador: Michel Misse. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2004. Diss.

The present study aims to understand the manifestations occurred in the city of Rio de Janeiro between 1998 and 2002, in which the use of violence appears together with claims related to the action of police forces in poor town areas. Based on facts shown by the local newspapers, it creates a “profile” of the object that presents quantitative data, main characteristics and involved discussion, trying to differ this precise object from other similar cases. Through the analysis of journalistic texts, it aims to understand which facts have influenced the coverage of the event by the city press. It also brings under discussion the denial of the use of violence in social relations by our contemporary society, the journalistic appeal identified in the employment of terms that emphasize the idea of violence, the accusatory discourse as a means of classifying the action as not legitimate and the role of the State and the press in the dissemination of this discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. FAVELAS, TRAFICANTES E POLÍCIA: O CENÁRIO DAS REVOLTAS	21
1.1. A Polícia	24
1.2. Os Traficantes	29
2. “CENAS DA GUERRA URBANA”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO	38
2.1. “Mais ônibus incendiados na Avenida Brasil”: os alvos da revolta	47
2.2. “É tudo orquestrado por traficantes.”: a polêmica que envolve o objeto	50
3. PROTESTOS OU VANDALISMO?	63
3.1. Disseminação do medo e negação da violência	63
3.2. Inimigos Internos	73
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto manifestações que tem como principal característica o uso ou a possibilidade de uso da violência, ou ainda de seus símbolos. Os casos estudados são protestos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1999 e 2002. Estes protestos se diferem de outras manifestações por conterem um caráter proto-político, aparentando serem manifestações espontâneas. Os protestos estudados neste trabalho ainda apresentam uma outra peculiaridade, são motivados por uma insatisfação com a ação das forças policiais nas áreas pobres da cidade. No Brasil a reivindicação através do “quebra-quebra” não é um fenômeno raro. Somente no século XX temos um significativo número de casos destes protestos, chamados de “ação-direta” por alguns estudiosos. Quebra dos bondes da cidade de São Paulo em 1947, depredações de trens na década de 70, destruição dos canteiros de obra na construção do metrô do Rio de Janeiro, são alguns exemplos de rebeliões urbanas no último século. Certos eventos ficaram na história de algumas cidades, principalmente pela grandiosidade do “espetáculo”. Como o quebra-quebra que ocorreu na estação das barcas em Niterói, em fins da década de 50 (NUNES, 2000). Milhares de pessoas, cerca de 30 mil, se revoltaram contra a companhia que administrava o transporte feito por embarcações na Baía de Guanabara, destruindo completamente a estação das barcas no centro da cidade. O protesto não parou aí, os populares seguiram pelas ruas da cidade destruindo tudo o que pertencia à empresa responsável pelo transporte de barcas. Estaleiros, escritórios e até as residências dos proprietários (a família Carreteiro) foram destruídas. A revolta durou praticamente o dia todo e terminou com uma espécie de carnaval, com o povo desfilando pela cidade com roupas retiradas da casa dos Carreteiros.

Revoltas deste tipo tem despertado a atenção de diversos estudiosos na área de ciências humanas. Na década de cinquenta, historiadores como Eric Hobsbawm e George Rudé se dedicaram ao estudo das revoltas populares ocorridas na Europa. (HOBSBAWM, 1978 e RUDÉ, 1982). Pretendiam identificar nas revoltas seu caráter racional, suas motivações e os resultados alcançados, destituindo-as da categoria de instintivas. Eric Hobsbawm acreditava que este tipo de protesto, *turba urbana*, eram movimentos pré-políticos por não terem uma estrutura organizada e por não pretenderem mudanças no sistema social. Na verdade, as *turbas* estudadas por ele ocorridas principalmente na Europa meridional entre os séculos XIX e XX, tinham um caráter tradicionalista, pretendiam a manutenção do mínimo de assistência que a aristocracia local lhes proporcionava. Contudo, os movimentos tinham objetivos bem claros e definidos, diziam respeito ao aumento dos preços de produtos alimentícios, e outras questões da mesma ordem. José Álvaro Moisés ao estudar tanto os quebra-quebras de trens no Rio de Janeiro, quanto os de bondes em São Paulo, também buscou salientar o que estas revoltas continham de racionalidade e de objetivos específicos. As massas no decorrer das revoltas identificavam o objeto de sua insatisfação e os responsáveis por esta insatisfação e buscavam chamar a atenção para a sua causa. O que reafirma a existência de um caráter racional nestas revoltas (MOISÉS, 1985).

Outros trabalhos vão além dessa interpretação, as turbas são analisadas pelo caráter simbólico que possuem, pois seus resultados vão além da realização de necessidades imediatas. Frederico Neves (NEVES, 2000) estudando saques no Ceará no início do século acredita que as ações empreendidas pelas multidões são “estratégias deliberadas de enfrentamento dos conflitos sociais” e não recursos desesperados. As ações estariam limitadas dentro de um contexto paternalista, e é este contexto que orienta, naquele momento, as práticas políticas, culturais e sociais dos homens que

habitavam os sertões do Ceará. A perspectiva de seu trabalho não está muito longe da perspectiva que encontramos no trabalho sobre ações de massa do historiador inglês Edward Thompson. O historiador vê nas ações de massa, ou turba, uma espécie de consenso popular que julgava as ações como legítimas ou não, e é a partir deste consenso que se estabelecia o saque ou o motim. Este consenso estava apoiado em costumes, em idéias de normas e obrigações sociais tradicionais que determinavam como deveriam agir cada membro da comunidade, o que Thompson chama de “economia moral dos pobres”. As ações não eram orientadas para satisfazer necessidades imediatas, mas para, de certa forma, “corrigir” determinadas distorções, como no caso dos preços dos pães. Os motins em curto prazo não conseguiam êxito, contudo produziam uma desestabilização na comunidade e, portanto deviam ser evitados. Para isso os esforço das autoridades e comerciantes poderiam culminar em fixar um termo médio entre preço de mercado e preço moral, ou outras soluções. Zaluar, analisando saques ocorridos na Cidade de Deus, zona oeste do Rio de Janeiro, vê nestas ações uma mensagem dirigida ao governo. Os saques não tinham como objetivo principal o roubo de gêneros alimentícios. Eram utilizados como uma forma da população ser ouvida pelo governo, quando esta não “agüenta mais”. Zaluar, assim como Thompson, vê os saques como uma estratégia de reivindicação dos pobres.

Seguindo de certa forma esta perspectiva de “estratégia de reivindicação dos pobres”, alguns trabalhos lêem estes protestos como uma espécie de “grito dos excluídos”, como a única forma de expressar demandas das classes pobres. A diferença é que nesta leitura, já não seria mais uma questão de escolha. Nair Bicalho (BICALHO DE SOUSA, 1995) ao estudar protestos dos operários da construção civil, acredita que já se formou uma identidade de excluído na população pobre brasileira e as suas formas de contestação dizem respeito a esta identidade. Ou seja, os trabalhadores da construção

civil diante da ausência de um espaço para a expressão de demandas coletivas, utilizam o “quebra-quebra” como uma estratégia de luta. O “quebra” também teria, na visão da autora, um caráter de vingança e advertência aos patrões. Da mesma forma, José Álvaro Moisés acredita que os quebra-quebras de 1947 ocorridos em São Paulo indicam a inexistência de canais institucionais pelos quais as reivindicações dos usuários de transportes pudessem se expressar. (MOISÉS, *op. cit.*) Paulo Sérgio Pinheiro corrobora esta visão, pois acredita que a recessão contribuiu para que os setores mais pobres fossem marginalizados, não lhes restando outros recursos a não ser o uso da violência para se defender de práticas abusivas dos agentes do governo. Para Pinheiro a rebelião contra a opressão raramente se apresenta sob forma de um movimento organizado, mas sob forma de violência endêmica (PINHEIRO, 1994).

Na tentativa de analisar os distúrbios dentro de um plano cultural e simbólico, Roberto DaMatta considera os “quebras” como o “Sabe com quem está falando?” do cidadão comum contra o autoritarismo das autoridades administrativas. Quando a população chega ao seu limite reagiria de uma forma explosiva. Para ele o espaço definido como *rua* (espaço público) é o lugar da impessoalidade, onde se gera o nervosismo e a insegurança numa sociedade relacional, pois os indivíduos não estão identificados e não são tratados como *alguém*. A rua é um espaço ameaçador entre a casa e o trabalho, onde não temos uma identidade, por isso um lugar tenso. Nele as pessoas reagiriam de forma violenta. Neste momento de liminaridade, onde a “pessoa” está sujeita à impessoalidade, ao tratamento de “indivíduo”, a utilização de determinados recursos tem o objetivo de reverter este quadro. Para quem é “autoridade” as posições podem ser redefinidas através do “Sabe com quem está falando?”, mas para quem não é, a solução seria o “berro”. Assim, DaMatta nos dá uma interpretação para as ações violentas de massa que vai além da análise política dos fatos. O antropólogo

analisa as revoltas para além das explicações que enfocam somente a questão das desigualdades sociais. Mostra que protestos deste tipo não estão restritos a uma classe social, mas a uma situação. Situação esta que acaba por revelar aspectos importantes da cultura brasileira. (DA MATTA, 1997)

A análise de Ana Maria Doimo, assim como a de DaMatta, leva em consideração o espaço onde se desenvolvem os protestos. A autora acredita que quando este tipo de conflito (em suas palavras, conflito de ação direta) passa a marcar presença no espaço público, estamos diante não mais de “meras ações-diretas e sim de campos ético-políticos”. Os “campos ético-políticos” vão além das reivindicações locais e influem nas formas de convivência política. O conceito “campo” pressupõe a existência de uma sociabilidade comum, mas não de uma identidade, pois o campo comporta diversas identidades que disputariam entre si os recursos sócio-políticos ali engendrados. Essa sociabilidade emerge pelo senso de pertencimento a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e de atributos culturais. Presume-se também uma certa predisposição à participação que é impulsionada por interações entre diferentes grupos, gerando um conjunto regular de ações e fluxos reivindicatórios. Assim, os “campos ético-políticos” devem ser analisados caso a caso por serem fenômenos conjunturais. E ainda, a análise deve levar em consideração a ambivalência dos conflitos de ação-direta, pois podem estar manifestando um caráter “expressivo-disruptivo”, que tendem a deslegitimar a autoridade pública e a estabelecer fronteiras intergrupais; ou podem manifestar um caráter “integrativo-corporativo”, onde é buscada uma maior integração social pelo acesso a bens e serviços. (DOIMO, 1995)

O objeto deste trabalho diz respeito a este tipo de evento, os popularmente chamados “quebra-quebras”. Nestes protestos, raras são as palavras de ordem e praticamente não existem lideranças manifestas. Assim, em muitos momentos são

tratados como revoltas espontâneas. Comumente são comparadas a uma explosão, ou seja, aparenta não ter uma organização prévia; diferencia-se também de manifestações sindicais ou rebeliões em presídios, por não contar com aparatos como cartazes e pautas de reivindicações¹. Contudo, prefiro não tratar o objeto desta forma, pois nos depararíamos com um problema conceitual. Tais manifestações não aparentam ter organização nem liderança, mas estas podem existir e, por algum motivo, não apareçam no decorrer do protesto. Desta forma, o termo “espontâneo” perderia o sentido, tendo em vista a possibilidade de existir uma espécie de comando, de um “elemento incentivador” ou de uma organização prévia. O termo “extraordinário imprevisto”, usado por DaMatta no livro “Carnavais, Malandros e Heróis”, se torna mais adequado. O “imprevisto” classificado por DaMatta tem o sentido de não programado, ou de não esperado pela sociedade, diferenciando-se do “rotineiro” e do “extraordinário previsto” (festas, cerimônias). Seria algo que afeta a sociedade e pelo qual esta não espera. (DAMATTA, 1997) O conceito de DaMatta nos parece útil e fecundo, pois diferencia nosso objeto de uma maneira mais exata de outros tipos de protestos. Apesar do uso da violência ser uma característica marcante do nosso objeto, a definição do mesmo não pode partir desta característica. Em alguns casos, atos de violência, como depredações de bens materiais, não chegaram a se consumir devido à intervenção da polícia. O que faz com que os protestos possam ser agrupados em um único universo é o caráter de imprevisibilidade dos mesmos, que também engloba um caráter de risco: a possibilidade de uma ação violenta. Mas, este não foi o principal fator levando em consideração no momento em que o universo da pesquisa foi delimitado.

¹ A única manifestação que apresentou um aparato como cartazes, foi a que ocorreu no Morro do Querosene, Rio Comprido, no dia 28 de janeiro de 2002. Ver: “Cenas da guerra urbana” *Extra*. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2002. Os cartazes costumam aparecer depois dos protestos, no momento do enterro, por exemplo.

Contudo, este caráter de imprevisibilidade não é exclusivo dos protestos que são o objeto deste trabalho. Durante o período delimitado para o estudo ocorreram outros protestos que se assemelham com os que aqui são analisados. Assim, faz-se mister mais uma delimitação. Os protestos que são o nosso objeto dizem respeito a reações a operações policiais em que, quase sempre, ocorreram mortes ou pessoas baleadas, sendo ou não as vítimas envolvidas com o tráfico de entorpecentes. Protestos semelhantes, mas com outras motivações, como por exemplo, os protestos em decorrência de um atropelamento, que não são raros, não farão parte do nosso universo. Geralmente estes últimos são protestos que demandam maior segurança para transeuntes e contam com o apoio de políticos locais. Aqui a nossa atenção estará voltada para as revoltas que revelam uma insatisfação com o modo pelo qual é orientada a ação policial em incursões a favelas. Os moradores acusam os policiais de usar violência e “covardia” nas freqüentes “batidas” realizadas nas favelas do Rio de Janeiro. Essa “violência policial” se transforma em objeto de revolta, provocando reação quase que imediata da população que se sentiu agredida.

A partir destas delimitações, que foram o ponto de partida deste trabalho, tratei de pesquisar a ocorrência destes protestos nos jornais cariocas. Os jornais consultados para este levantamento foram: *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Dia*, *Extra* e *O Povo*. Para facilitar o trabalho também foi delimitado um espaço de tempo. Assim, trabalharemos com os protestos que ocorreram entre os anos de 1999 e 2002. É fato que aconteceram protestos fora desse período. Contudo, considerando que a procura pela ocorrência da primeira revolta deste tipo seria um trabalho muito ambicioso, além de praticamente inviável (devido ao tempo que dispus), a delimitação do período a ser analisado se torna essencial. Neste sentido, acredito que os quatro anos escolhidos, que correspondem à

gestão de Anthony Garotinho e Benedita da Silva no Governo do estado do Rio de Janeiro, satisfazem os propósitos da pesquisa pelas razões que cito a seguir.

Durante os dois governos relacionados ocorreram protestos bem significativos em temas de repercussão na imprensa. Alguns foram noticiados em diversos jornais e continuaram a serem noticiados por algumas semanas. O que facilita, e muito, a análise, já que a nossa principal fonte foram os jornais. Outra razão que me fez optar por este período, é o fato de que durante esses governos tivemos três diferentes orientações na área de segurança pública, e conseqüentemente tratamentos diversos em relação aos protestos por parte do Governo Estadual e da imprensa. Temos então, um significativo universo de casos para serem analisados, que receberam variados tratamentos do poder público. Assim, entre 1999 e 2002, obtivemos um número expressivo de ocorrências que somam 73 casos no total. Este fato também influenciou na escolha pelo período. O ano de 2000 apresenta uma espécie de explosão de ocorrências destes protestos. Foram notificados mais de 20 casos, quando em 1998 só foi localizada uma ocorrência registrada pela imprensa. Este número expressivo de casos pode enquadrar o nosso objeto no conceito de “campos ético-políticos” proposto por Ana Maria Doimo, já apresentado aqui. Como não se trata de um conflito isolado, mas de um fluxo contínuo de protestos que influíram no cenário político da cidade, estes protestos devem ser olhados como um todo e analisados em sua especificidade. A relevância do objeto também está neste ponto, pois a sua constante aparição no cenário carioca provocou modificações nas formas de relação dos atores dos protestos com o governo, assim como com a sociedade em geral, gerando polêmicas, acusações e diferentes iniciativas na tentativa de solucionar a questão por parte das autoridades públicas.

O objetivo inicial deste trabalho era tentar compreender o significado dos protestos para os agentes dos protestos, tentando entender o que os levaria a

determinadas ações. Já que estes movimentos não se configuram como movimentos sociais organizados, pretendia entender o que os torna possíveis. Como e sob qual fundamento esses protestos aconteciam e se espalhavam pela cidade, tornando-se acontecimentos nem tão “extraordinários”. Para isso, depois de ter feito o levantamento nos jornais do Rio de Janeiro, pretendia escolher alguns casos, que considerasse mais representativos, e fazer a pesquisa nas localidades onde ocorreram protestos. Meu primeiro obstáculo foi o tempo de que dispus. Como no primeiro ano do curso de mestrado foi dedicado, quase que exclusivamente, às disciplinas, sobrou-me pouco tempo para fazer contatos com interlocutores e realizar visitas às “comunidades” dos mesmos. Diante disso, foi-me sugerido que uma boa opção para a realização deste trabalho seria a análise do tratamento que a imprensa deu ao objeto. De início pude perceber que os diversos protestos eram avaliados de formas diferentes. Alguns eram diretamente vinculados aos traficantes de drogas e em outros o enfoque da imprensa se direcionava para as reivindicações dos moradores. A postura da imprensa acabava por legitimar alguns protestos e deslegitimar outros, ainda que à primeira vista esses protestos fossem semelhantes. Desse fato, surgiu o objetivo principal deste trabalho. Quais caminhos os jornais cariocas percorrem na legitimação ou não de um quebra-quebra? Teria estes jornais informantes privilegiados que pudessem apontar em quais protestos havia a participação do tráfico de drogas? Mesmo assim, teria que ser bem definida o que foi esta participação, pois existe uma diferença entre traficantes estarem presentes em um protesto e o protesto ser ordenado por traficantes, sem o consentimento da população. Será que a participação dos traficantes em um protesto já seria motivo suficiente para a deslegitimação deste? Tentar responder a essas perguntas, e a outras que foram aparecendo no decorrer do trabalho, tornou-se o objetivo desta pesquisa. Ao compreender como uma parte significativa da sociedade, que seja formadora de opinião,

absorve este conflito, legitimando-o ou não, pretendo compreender em parte o próprio conflito. Penso que analisando a percepção social do fenômeno, através de declarações de autoridades e artigos da imprensa sobre os protestos, posso elucidar muitas das questões que ajudam a definir o próprio protesto e o conflito que ele envolve.

Para fazer a análise da repercussão dos protestos na imprensa foram escolhidos dois jornais de grande circulação no Rio de Janeiro: *O Dia* e *O Globo*. Estes jornais são um instrumento interessante de análise, pois além de serem jornais com uma grande circulação na cidade, estão direcionados a públicos diferentes. O jornal *O Dia*, tem um caráter popular, e já foi famoso por seu interesse em notícias policiais. Dizia-se que se torcesse o jornal sairia sangue. Apesar desse estilo não ser mais a linha principal do jornal, ainda se conservam em suas edições, normalmente, umas duas páginas do primeiro caderno para a seção que leva o título de “polícia”. Nessa seção encontram-se notícias relacionadas a polícia e a crimes, além de romances policiais de apelo popular e uma relação dos criminosos mais procurados pela polícia. O jornal *O Globo* tem um outro apelo. Seu público alvo é principalmente a classe média e alta. Podemos perceber este fato na comparação dos preços dos dois jornais. Enquanto *O Globo* era vendido a dois reais quando a pesquisa foi feita, durante a semana, *O Dia* saía por menos de um real de segunda a sexta. O jornal *O Globo* também não tem uma seção exclusiva para tratar notícias relacionadas a crimes. Se estas notícias dizem respeito a acontecimentos no estado do Rio de Janeiro, elas se encaixam na seção denominada “Rio”. A comparação destes dois jornais será útil, pois nos mostrará se o público do jornal influi no modo como a notícia é tratada. Além disso, a análise não se restringe à primeira notícia sobre cada caso, mas também ao acompanhamento feito pelos jornais, aos editoriais e seção de cartas. Os editoriais são importantes, pois é o lugar onde a opinião do jornal é exposta de maneira clara, permitindo-nos perceber até que ponto a posição

do editor influi no tratamento de uma notícia. As cartas, por sua vez, nos ajudarão a entender, em parte, o grau de assimilação do fenômeno pelos leitores do jornal. Em parte, porque obviamente nem todos os leitores escrevem para a redação e nem todos que escrevem são publicados.

Ainda que não seja o instrumento principal da análise, as entrevistas que realizei serão usadas neste trabalho. Foram feitas três entrevistas com pessoas de diferentes “comunidades” da cidade. Os entrevistados são pessoas que moram em áreas pobres da cidade, mas que circulam por outros meios, intermediando as relações entre diferentes “mundos”. Estes atores sociais são o que Gilberto Velho chama de “mediadores culturais”. “Trata-se do papel desempenhado por indivíduos que são intérpretes e transitam entre diferentes segmentos e domínios sociais. (...) Traduzem e interpretam aspirações, desejos e valores de grupos específicos para a esfera pública social”.(VELHO, 1994, p.81-82). Entrevistamos um líder comunitário, a quem chamo de “André”; uma universitária que atua também em uma ONG da cidade, “Bianca”; e por último “Carlos”, que é presidente de um bloco afro. Todos os entrevistados são moradores de “comunidades” onde ocorreram protestos. As três entrevistas realizadas serviram para ilustrar a discussão feita no capítulo dois sobre algumas particularidades dos protestos, especialmente, no que diz respeito à participação ou não de traficantes nos protestos. Como os depoimentos mostraram percepções diferentes sobre o assunto, pude verificar a complexidade que envolve o objeto estudado. Além das entrevistas por mim realizadas, utilizo no primeiro capítulo entrevistas realizadas por jornalistas ou outros pesquisadores. Estas entrevistas foram úteis para ilustrar pontos importantes na contextualização feita naquele capítulo.

Como disse anteriormente, entre 1999 e 2002 foram notificados 73 casos de ocorrência de protestos do tipo que vamos analisar. No âmbito deste trabalho, percebi

que não seria possível fazer uma análise detalhada do noticiário sobre todo o universo. Diante disso, foram escolhidos cinco casos para serem analisados. Primeiramente foi feita uma estratificação a partir do Índice de Desenvolvimento Humano² (IDH) de cada bairro da cidade onde tivemos notificação de ocorrências de revoltas. A importância desta estratificação é não restringir a pesquisa às regiões onde ocorreu um maior número de protestos e tentar expandir ao máximo a diversidade da amostra. Por outro lado, supus que a região onde ocorreu a revolta pode influir no modo com ela é noticiada. A tabela a seguir nos mostra então, cada bairro em que aconteceram protestos e seu respectivo IDH:

Acari	0,573	Padre Miguel	0,679	Engenho da Rainha	0,731
Complexo do Alemão	0,587	Magalhães Bastos	0,685	Quintino	0,733
Maré	0,597	Inhaúma	0,69	Ramos	0,737
Manguinhos	0,606	Santa Cruz (central)	0,692	Praça Seca	0,743
Jacarezinho	0,621	Pavuna	0,692	Campo Grande (central)	0,75
Mangueira	0,622	Bangú (Central)	0,699	Lins de Vasconcelos	0,76
Caju	0,624	Curicica	0,705	Santa Tereza	0,765
Vila Kennedy	0,629	Guadalupe	0,705	Catete	0,782
Cidade de Deus	0,646	Penha	0,706	Portuguesa	0,795
Senador Camará	0,65	São Cristóvão	0,708	Freguesia	0,796
Costa Barros	0,65	Jardim América	0,709	Vila Isabel	0,801
Vila Aliança	0,652	Santo Cristo	0,71	Grajaú	0,823
Realengo (norte)	0,66	Estácio	0,711	Tijuca Saens Peña	0,855
Cordovil	0,676	Madureira	0,722	Copacabana	0,873
Honório Gurgel	0,676	Bancários	0,724	Ipanema	0,882

² O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – é uma criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Este índice é resultado da combinação de três variáveis: 1) Longevidade – medida pela esperança de vida ao nascer; 2) Educação – combinação das taxas de alfabetização de adultos e de matrículas nos três níveis de ensino e 3) Renda – medida pelo PIB *per capita*.

Observando a tabela pode-se perceber que os bairros estão divididos em três blocos de acordo com o IDH. Na primeira coluna estão os quinze bairros com os mais baixos índices, na segunda coluna estão os que obtiveram índices medianos e na terceira os bairros que tiveram os índices mais elevados. De cada coluna busquei eleger um bairro e os protestos ocorridos nestes bairros serão nosso objeto de análise. Os critérios para a escolha foram: localidades em que ocorreram mais de uma revolta, repercussão na imprensa e a região da cidade em que está localizada. Cada caso também corresponderá a um período do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Os bairros escolhidos foram então: Copacabana, Estácio, Mangueira, Cidade de Deus e Complexo do Alemão.

O primeiro bairro, Copacabana, é o representante dos bairros da última coluna, são os bairros com os maiores IDH. Devo lembrar que além de ser um bairro com alta concentração de renda, é também um importante ponto turístico da cidade. Por isso acredito que Copacabana foi palco de um dos protestos mais noticiados, fato que também influenciou no momento da escolha. O protesto ocorrido em maio de 2000 servirá também como uma boa amostra principalmente pela repercussão que teve na mídia, o que fez com que as autoridades do Governo Estadual na área de segurança pública se posicionassem sobre o ocorrido. O segundo bairro escolhido, Estácio de Sá, ocupa a segunda coluna da tabela acima e também foi palco de um protesto bastante divulgado pela imprensa. O interessante deste protesto é o seu “estopim”. Os moradores da região conhecida como Complexo do São Carlos se diziam revoltados com uma ação muito intrigante de policiais militares: o seqüestro de um traficante. Segundo os manifestantes, os policiais detiveram um traficante do local e pediram resgate à família. O protesto foi uma grave denúncia à Corporação Policial Militar, tendo assim, uma grande repercussão. A denúncia ou reivindicação de cada protesto foi

importante para a análise das reportagens, pois pudemos comparar o tratamento dado a cada reivindicação e isso nos ajudou a compreender de que forma a imprensa apreende as revoltas. Acredito que esse é um fator muito importante para definir com que “olhos” a mídia se volta para o problema. Assim, foram escolhidos casos que tiveram diferentes motivações. Em Copacabana, os moradores da favela Pavão-pavãozinho acusaram os policiais de matar traficantes com covardia, pois estes já estariam rendidos. No Estácio a acusação foi de seqüestro; no terceiro caso eleito, Mangueira, a motivação foi a morte de um menor de idade que supostamente estaria envolvido com o tráfico de drogas local. Este caso da Mangueira é muito interessante e peculiar, pois tem a participação direta no seu desdobramento do próprio Governador do Estado e de seu Subsecretário de Segurança Pública, fato que discutirei posteriormente. O penúltimo caso, o da Cidade de Deus, que como a Mangueira está entre aqueles que apresentam os mais baixos IDH. Sua presença se justifica nesta seleção, pois é na Cidade de Deus que obtivemos o maior número de ocorrência de revoltas e porque não tínhamos nenhum representante da zona oeste da cidade, região bastante afetada pelo objeto em questão. O caso escolhido dentre os protestos que aconteceram nesta localidade foi o ocorrido em dezembro de 2002. Este protesto teve uma grande repercussão devido a uma denúncia de corrupção feita pela associação de moradores contra Policiais Militares. O último bairro escolhido, Complexo do Alemão, também está entre os que têm os menores IDH. Nesta localidade também foi notificada a ocorrência de mais de uma revolta e o “estopim” da revolta se diferencia das outras: a morte de um menino de doze anos que não foi de nenhuma forma identificado como traficante. Mas, o que me fez optar por este caso foi o seu desdobramento e grande repercussão que teve na imprensa.

Identificados os protestos que foram analisados, nas próximas páginas descreverei, com base no que foi noticiado pela imprensa, um pouco de cada caso

possibilitando que o leitor tenha as informações necessárias para acompanhar as discussões que se seguirão.

Mangueira

No dia 15 de maio de 1999, nos acessos ao morro da Mangueira (zona norte da cidade do Rio de Janeiro), os moradores do morro fecharam a rua Visconde de Niterói por quatro horas em protesto contra a morte de Alex Sandro dos Santos, morador da comunidade, que tinha 14 anos de idade. O garoto foi morto durante operação da Polícia Civil. Os manifestantes, que incendiaram um microônibus e dois automóveis, afirmavam que Alex não tinha envolvimento com o tráfico de drogas. Os policiais enviados ao local para conter a manifestação foram apedrejados pelos moradores. A manifestação só teve fim quando o Subsecretário Estadual de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, foi ao local e ordenou que os policiais se retirassem.

As testemunhas foram ouvidas na Vila Olímpica da Mangueira, em uma espécie de delegacia improvisada. Isso porque teriam medo de ir à delegacia. Uma das testemunhas, parente da vítima, disse que quando a polícia chegou ao morro Alex estava soltando pipa e correu com outros moradores para dentro de uma casa. Os policiais teriam entrado na casa e o baleado no pé. Alex tentou fugir e os policiais atiraram novamente acertando o rapaz com um tiro na cabeça.

No dia seguinte à manifestação, o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, foi pessoalmente à Mangueira pedir desculpas aos parentes da vítima e aos moradores pela ação policial que resultara em sua morte, garantindo punição rigorosa aos policiais envolvidos e que não ia mais tolerar casos semelhantes. O governador disse ainda que o menino teria sido executado covardemente, pois havia

sido comprovado que ele estava desarmado e que os policiais não tinham autorização para a operação. Poucos dias depois, a companheira do avô de Alex Sandro foi até a polícia para denunciar o fato de que a manifestação tinha sido promovida pelo tráfico de drogas. E acusou a vítima de ser traficante. Soube-se mais tarde que Alex Sandro tinha passagens pela Divisão de Proteção à Criança e ao Adolescente sob a acusação de tráfico de drogas. E mais, quando foi morto teriam sido achadas munições de fuzil em seus bolsos.

Pavão-Pavãozinho

A tarde do dia 15 de maio de 2000 em Copacabana (zona sul do Rio de Janeiro) foi marcada por um protesto dos moradores do morro Pavão-Pavãozinho pela morte de cinco pessoas durante ação da Polícia Militar no local. As vítimas estariam envolvidas com o tráfico de drogas, sendo um deles, Nilton Fernando Sodré Oliveira, supostamente o chefe do tráfico deste morro. Cerca de 50 moradores desceram o morro e fecharam o trânsito com latões de lixo e caixotes na rua Raul Pompéia. Carros que passavam pela localidade naquele momento foram apedrejados. Os manifestantes seguiram por outras ruas do bairro apedrejando ônibus e carros, tentando também incendiá-los. A manifestação só teve fim quando policiais militares intervieram atirando para o alto. Algumas pessoas foram presas acusadas de depredação. O comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar, Cel. Fernando Belo, disse que uma patrulha do batalhão foi recebida a tiros por quinze traficantes e ao revidarem sete bandidos teriam sido baleados, sendo cinco mortos.

Os manifestantes admitiram que as vítimas eram traficantes, mas alegaram que a PM age de forma violenta no morro, não poupa os trabalhadores e extorque dinheiro dos criminosos. E o que os deixavam mais revoltados era não conseguir notícias sobre os

mortos. Houve ainda, mais tarde, a denúncia de que tinham sumido 15 mil reais, jóias e tênis que seriam das vítimas. Os moradores estariam revoltados há algum tempo, pois outras manifestações haviam ocorrido recentemente dentro da favela. Como sentenciou o jornal *O Globo*, “o clima já estava tenso”. Parentes também denunciavam que a morte dos traficantes só ocorreu porque eles tinham se negado a dar dinheiro para dois soldados do 19º BPM.

As cenas do protesto mostradas pela televisão chamaram a atenção do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que decidiu se reunir com os governadores para criar um plano nacional de segurança pública. O presidente também teria mencionado a intenção de fortalecer as polícias estaduais.

Cidade de Deus

Dia dezoito de dezembro de 2002, ao ser informada (erroneamente) que seu filho havia sido baleado pela Polícia Militar, Clarice Ramos de 60 anos correu em direção ao tumulto que se formava perto de sua casa. Acabou sendo vítima de um disparo de arma de fogo que a levou à morte. Os moradores da Cidade de Deus ao saberem que sua vizinha tinha sido baleada começaram uma manifestação que se espalhou por toda a “comunidade”. Após o enterro da vítima, os moradores fizeram outra manifestação e denunciaram a operação policial que culminou com a morte de Clarice. Disseram que a ação teria sido uma represália de PMs ao não pagamento, por parte dos traficantes, de uma propina de 120 mil reais.

O principal acusado foi o então comandante do Grupamento Especial Tático-Móvel (GETAM) Ten. Cel. PM José Carlos Dias de Azevedo. Os PMs negaram os fatos. Contudo, Alexandre Rego de Lima, líder comunitário, gravou uma conversa com outros dois oficiais do GETAM em que estes negociavam a propina. A reação dos

policiais foi acusar o líder comunitário de envolvimento com o tráfico. A negociação de propina seria parte de uma operação para prender Alexandre. Os oficiais foram presos, e posteriormente Alexandre também, acusado de ter associação ao tráfico de drogas.

Complexo do São Carlos

O protesto ocorrido no dia 28 de janeiro de 2002 afetou três bairros da zona norte do Rio de Janeiro: Catumbi, Estácio e Rio Comprido. Durante cinco horas moradores do morro do São Carlos e Querosene (região conhecida como Complexo de São Carlos) invadiram as ruas destes bairros, incendiaram quatro veículos, nove foram depredados e um supermercado foi saqueado. Os manifestantes denunciavam que Alex André, de 25 anos, reconhecido como traficante e que já havia sido líder comunitário do Morro do São Carlos, havia sido seqüestrado por três policiais do Serviço Reservado do 1º BPM (centro) que teriam pedido quinhentos mil reais pelo resgate. Cento e cinquenta mil reais teriam sido pagos, mas, mesmo assim, Alex foi assassinado. Um telefonema anônimo a associação de moradores informara a morte do traficante. Este seria o estopim da manifestação, que fez com que quase todo o comércio dos bairros afetados ficasse fechado.

O governador Anthony Garotinho determinou a prisão disciplinar dos policiais militares envolvidos no caso e a identificação dos manifestantes a partir das gravações de TV. Os identificados seriam intimados a depor e poderiam ser presos. Dois manifestantes foram detidos e liberados em seguida. Dois dias depois, os moradores do morro do São Carlos voltaram a fazer manifestações, mas sem uso de violência. Desta vez, foram às ruas, que estava ocupada pela PM, levando cartazes pedindo justiça para o

caso. No mesmo dia, uma comissão de moradores do Morro do Querosene se reuniu com o Subsecretário de Segurança Pública, Cel. Lenine de Freitas, para denunciar a conduta de alguns policiais no morro. Os moradores também garantiram que não fariam mais protestos.

Complexo do Alemão

A morte de um menino de 12 anos, durante uma operação da polícia militar, provocou um dos protestos que estão no foco de nossa análise. O protesto teve início pela manhã na localidade conhecida como Favela da Grotta, depois que Marcelo Apolinário faleceu durante um confronto entre traficantes e policiais do 16º BPM. De acordo com os moradores, Marcelo brincava em cima de uma laje quando um policial o teria confundido com os traficantes e atirou em sua direção, mas, no momento em que os policiais entraram na favela não teria nenhum traficante atirando. Já os policiais disseram que os traficantes é que foram os autores do tiro que vitimou Marcelo. O Comandante Geral da Polícia Militar, Cel. Francisco Braz, foi até a favela investigar as denúncias sobre a morte do menino e procurar as lideranças comunitárias para garantir tranquilidade na região. Quando o comandante estava saindo os traficantes começaram a atirar em direção aos policiais. Braz ordenou aos policiais que não revidassem, pois esta não era a intenção de sua visita. Ao mesmo tempo, em outros pontos do Complexo do Alemão, manifestantes interditaram ruas e incendiaram nove ônibus. O comandante da PM retornou à favela e fez um acordo com o líder comunitário Jorge João da Silva: a polícia só se faria presente nos acessos da favela, mas em troca queria o fim do tiroteio.

Os policiais que faziam o patrulhamento no local no momento em que o menino morreu, prestaram depoimento na 22ª Delegacia de Polícia (Penha) e tiveram suas

armas apreendidas para exame de balística. O Secretário de Segurança Pública recém empossado, Roberto Aguiar, garantiu punição para os policiais, se fosse confirmado que o tiro havia sido disparado por PMs.

Dias depois, durante o enterro de Marcelo, moradores e parentes da vítima ainda protestavam, mas desta vez usando cartazes e pedindo punição para os culpados. Nos dias que se seguiram não houve mais conflitos na favela graças ao acordo feito pelo Cel. Braz. A governadora Benedita da Silva disse que a polícia continuaria fazendo acordos com as lideranças comunitárias, desde que fossem dentro da legalidade, e elogiou a conduta do comandante da PM.

Tendo apresentado os casos que serão analisados, creio que agora devo fazer uma apresentação do objetivo de cada capítulo deste trabalho. O primeiro capítulo faz uma pequena introdução ao tema violência urbana no Rio de Janeiro, buscando salientar as relações entre alguns dos principais atores que estão presentes no objeto aqui analisado. No segundo capítulo são apresentados alguns dados relativos aos protestos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro e as principais discussões que envolvem estes protestos. Este capítulo tem o intuito de levar o leitor a uma maior aproximação com o assunto que está sendo analisado. No terceiro capítulo é feita uma análise da abordagem da imprensa escrita sobre os protestos, com objetivo de encontrar quais meios são utilizados pela imprensa na tentativa de definir o objeto.

Capítulo 1

FAVELAS, TRAFICANTES E POLÍCIA: O CENÁRIO DAS REVOLTAS.

A partir dos anos 80, a cidade do Rio de Janeiro assistiu o incremento do tráfico de drogas ilícitas, principalmente o tráfico de cocaína. Até esse momento, as atividades ilegais eram dominadas principalmente pelo jogo do bicho, o comércio de drogas - que se desenvolvia basicamente em torno da venda da maconha - era dirigido aos consumidores locais, ou seja, aos moradores de favela. No final dos anos sessenta o consumo da maconha atingiu a classe média e somente neste período é que a cocaína começa aparecer no cenário carioca. Apesar de já existir tráfico de drogas no Rio de Janeiro, a década de 80 pode ser considerada um divisor de águas devido à ascensão da produção de cocaína na Colômbia, com a emergência e consolidação dos “cartéis” (SOUZA, 1996). Com a acumulação de capital que o aumento da venda de maconha, a oferta de cocaína e os assaltos a bancos e residências nos anos 70 proporcionaram; e também com a organização dos presidiários; o comércio de drogas ilícitas passou de uma organização local, as “bocas-de-fumo”, para uma organização mais abrangente. Neste período surgem as facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, como o “Comando Vermelho”. (MISSE, 1997).

A origem do “Comando Vermelho” está vinculada à organização dos presos dentro dos presídios. Na década de 70, presos políticos e presos comuns eram incursos dentro da “Lei de Segurança Nacional” e passavam a conviver nos presídios. Devido às péssimas condições de vida nos presídios e à desconfiança e violência entre os presos, os militantes

de esquerda passaram a se organizar exigindo melhores tratamentos. Com base no exemplo desses militantes, os presos comuns também se organizaram, substituindo o conflito pela cooperação. Foi criado um fundo, com o dinheiro arrecadado nos assaltos a bancos, para patrocinar as fugas, também se estabeleceram códigos de lealdade entre os presos e os criminosos em liberdade. A imprensa nomeou essa organização dos presos de “Comando Vermelho”, e a partir daí esse nome passou a ser usado por diversos grupos de criminosos. Com o aumento da oferta de cocaína na América Latina no final dos anos 70, os bandos de assaltantes passaram para o tráfico de drogas baseado nas favelas e conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro, o nome “Comando Vermelho” passou a ser usado para identificar a lealdade e aliança entre os donos de “boca-de-fumo”. (MISSE, 2000).

No fim dos anos 80, o controle do tráfico na cidade passou a ser disputado por outras organizações criminosas através de guerras consecutivas, aumentando, neste mesmo período, a repressão policial. A crescente lucratividade do comércio de drogas ilícitas trouxe consigo uma disputa pelos pontos de venda, com invasões de territórios por outras redes criminosas e o aumento da repressão, resultando no aumento dos índices de violência em diversas áreas da cidade. (MISSE, *op. cit.*) Nesse período, também houve um aumento da criminalidade violenta, que pode ser também associado ao crescimento do tráfico de drogas. A partir dos anos 70, passa então a existir, paralela à violência estatal, uma violência controlada pela criminalidade organizada. Desenvolve-se, o que Machado da Silva chama de “sociabilidade violenta”, expandindo os problemas ligados à integridade física. “Na medida em que a violência física se privatiza, capitaneada pela criminalidade organizada, e se torna um princípio de interação, o controle de territórios passa a ser uma questão de logística militar e econômica.” (SILVA, 2002, p.233) Visando conter essa violência as políticas de segurança pública têm, em muitos casos, recorrido a um controle

da ordem pública igualmente violento. As diretrizes para o trabalho policial vão no sentido de conter a criminalidade a qualquer custo, mesmo que para isso possa se comprometer a integridade física dos suspeitos de participação em crimes. Assim, entre o fim da década de 80 e início da década de 90, assiste-se a uma escalada da violência policial, persistindo as mortes praticadas pela polícia sob a rubrica de “estrito cumprimento do dever” ou “resistência à voz de prisão”. (ADORNO, 1995).

Sabemos que o incremento do tráfico, descrito acima, desenvolveu-se principalmente nas áreas pobres do Rio de Janeiro, mas especificamente favelas e conjunto habitacionais. As favelas eram o epicentro dos principais dispositivos da criminalidade violenta, sendo uma das bases principais do tráfico de drogas. (PERALVA, 2000) A carestia e a falta de engajamento do Estado em questões sociais nas favelas colaborou para que o tráfico de drogas se tornasse uma estratégia de sobrevivência para muitos pobres urbanos. O vácuo de poder e legitimidade acabava por estimular uma “ordem” ilegal, o crime “organizado”. Acrescenta-se a isso o fato de que a estrutura espacial da favela, principalmente da favela situada em morro, dá a ela um valor enquanto esconderijo: as ruas estreitas; as “lajes” como ponto de observação; a estrutura viária que mais parece um labirinto; colaboram com o defensor (o traficante) e dificulta para o invasor (o policial ou outras facções). É claro que as favelas não são os únicos locais onde o tráfico de drogas atua, mas representam no Rio de Janeiro bases essenciais de apoio logístico. (SOUZA, *op. cit.*) Desta forma, os moradores destes locais viam-se no meio de uma guerra entre policiais e traficantes, e entre as diversas facções do tráfico. As relações entre esses diversos atores tornam-se conflituosas e com inúmeras nuances. Tais relações, entre moradores das favelas com os traficantes e com as forças policiais, são o pano-de-fundo para as revoltas e

protestos que são o objeto deste trabalho. A seguir apresento algumas considerações feitas por outros estudiosos do tema sobre esse aspecto.

1.1 A polícia

No cotidiano das favelas do Rio de Janeiro não são raros os momentos em que trabalhadores pobres se deparam com a presença de policiais na proximidade de suas casas, os constantes encontros entre esses dois atores sociais produzem resultados muitas vezes tensos. Assim, a relação entre a polícia e a população favelada monta-se principalmente em imagens que uma faz da outra, imagens baseadas em estereótipos e que se cristalizam no imaginário de ambos os lados. Estas imagens formadas através dos meios de comunicação em massa, dos cursos de formação, entre outros, somada a algumas experiências concretas, compõem um emaranhado de idéias recíprocas. Entre os policiais existiria a idéia pré-concebida do criminoso, uma idéia que classifica as classes trabalhadoras de mais baixa renda como uma espécie de “classe perigosa”, composta por um certo tipo de indivíduo com propensão ao crime. O policial se guiaria por certas características físicas na abordagem de “suspeitos”, tais características induzem que a desconfiança recaia prioritariamente sobre os pobres e os negros. A visão que os policiais e seus superiores tinham até bem pouco tempo da população favelada era de pessoas que vivem em um ambiente amoral, pessoas que não tem uma consciência jurídica, pessoas contra a lei que desrespeitariam o policial e teriam um apreço pelos criminosos. É a partir deste raciocínio determinista que cria-se a visão de que os pobres são os agentes da violência urbana no Brasil. (ZALUAR, 1994) Assim, ideologias e estereótipos orientariam as ações dos

policiais em suas atividades rotineiras. A experiência do policial lhe daria um conhecimento de tipificações sobre o “vagabundo” que o permitiria distinguir criminosos e trabalhadores. Os critérios para esta distinção podem ser formais, como posse de carteira de trabalho, ou subjetivos, como por exemplo, reconhecer um criminoso pelo “jeito”. Esta tipificação do marginal faz parte de uma cultura existente na organização policial, e a sua utilização é necessária para a socialização do policial na corporação. (PAIXÃO, 1982) Contudo, como ressalta Alba Zaluar, a distinção entre criminosos e trabalhadores, passando por critérios subjetivos, cria uma imagem do bandido que “coincide” com as características dos pobres, gerando injustiças.

A posição social do policial é, por outro lado, geradora de tensão, pois se estabelece em uma zona de ambigüidade em que é ao mesmo tempo protetor e repressor, se manifestando em dificuldades de relacionamento externo. Esse fato se expressa na crença de que a polícia não é para ser gostada, mas temida. A visão que os policiais tem sobre o “mundo policial” e o “mundo social” expressa além do sistema legal, crenças, estereótipos e preconceitos produzidos no interior da organização sobre experiências concretas e diárias do seu trabalho, se codificando em acervo de conhecimento que se torna um saber compartilhado dentro das organizações policiais. A experiência cotidiana, por exemplo, lhe mostra que a sociedade é um lugar ruim e a população deve ser tratada com desconfiança. A crença que a democracia e o discurso dos Direitos Humanos limitaria a ação do policial (este perderia um pouco de sua autoridade na prática democrática) reafirma a idéia de que o uso da força é fundamental, desde que esteja do lado certo do conflito. (BRETAS, 1999) Os policiais fazem então, uma defesa do uso da violência no combate à criminalidade. A coerção e a violência seriam instrumentos necessários para a manutenção da segurança pública, o policial acredita que tem como dever exterminar o criminoso da sociedade.

(PAIXÃO, *op. cit.*) O criminoso perderia seu *status* de cidadão, com direitos a serem respeitados, a partir do momento que comete crimes. Essa ideologia faz parte do meio policial, como constata o ex-comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Cel. Carlos Nazareth Cerqueira:

“Faz parte da cultura policial a crença de que barraco não é domicílio e criminoso não é cidadão, logo não têm direitos” (CERQUEIRA, 1996, p.193).

Assim, as políticas de repressão ao crime estão presas a uma lógica do “excesso de poder”¹ pelos agentes do Estado, e não a uma lógica de violência legítima. (MISSE, *op. cit.*) A necessidade do uso da força nas favelas tem se fundamentado também na idéia de falta de autoridade capaz de deter a ação dos criminosos e na suposta cumplicidade das populações faveladas em relações a estes. (NETO, 1995) No início dos anos 80 e posteriormente nos anos 90, a política de segurança pública era denominada como uma política de enfrentamento, com base nas diretrizes operacionais de: atirar primeiro, promoção por bravura (a chamada “gratificação faroeste”), dificultar assistência médica aos criminosos, entre outros. Essa política tenta se afirmar em oposição a uma política de segurança pública que tem como perspectiva a defesa dos direitos humanos, pois supõe-se que essa diretriz teria permitido o crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro, em determinado período da década de 80. (CERQUEIRA, *Op. Cit.*) O resultado disso é que a visão estereotipada que o policial tem da sociedade, principalmente do criminoso, contribui para que esta violência seja voltada para as classes pobres. O policial instruído em técnicas de repressão promove a indistinção entre os trabalhadores e os criminosos, na medida em que revista e/ou prende indivíduos apenas por serem negros e pobres, reforçando o

“espelho negativo” dos estereótipos e preconceitos sociais. (ZALUAR, 1985) Desta forma, tem-se um cenário em que as políticas de segurança pública e seus agentes utilizam a violência como meio de repressão ao crime, ao mesmo tempo em que trabalham com o estereótipo de criminoso (“marginal” ou “vagabundo”) no combate ao crime, cometendo assim, diversas distorções que atingem principalmente a população carioca de baixa renda.

Esse comportamento por parte do policial baseado em estereótipos faz com que a polícia, por sua vez, tenha uma imagem negativa entre os moradores de favelas. A polícia seria aquela que persegue o trabalhador, o acusa de ser criminoso, seria “criadora e uma criatura de repressão”. A polícia, nesta relação com o trabalhador, é vista, então, como “mecanismo primordial de injustiça”. (ZALUAR, *op. cit.*) A corrupção policial também é um importante fator na criação de uma imagem negativa do policial na sociedade. A ação do policial é percebida como algo ambíguo, pois usa a força no combate ao crime e no tratamento dos moradores, ao mesmo tempo em que em determinadas ocasiões se alia aos criminosos ou pratica crimes. As conhecidas relações de policiais com grupos de extermínio no Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas cidades da Baixada Fluminense, a prática de tortura nas delegacias e durante as “batidas” policiais nos morros cariocas para se obter confissões, (DIMENSTEIN, 1996) reforçam a imagem negativa do policial. Nas delegacias do Rio de Janeiro os procedimentos para se obter provas incluem a tortura (esta é usada de acordo com a gravidade da queixa e com a posição social dos suspeitos), o que cria um *ethos* de suspeição sistemática, ou seja, todos são culpados até que provem o contrário. (KANT DE LIMA, 1999) O medo dos policiais é gerado também por práticas não convencionais. Em muitas favelas os moradores teriam medo dos

¹ Ver: SANTOS, José Vicente Tavares dos. A Violência como dispositivo de excesso de poder. **Sociedade e Estado**, Brasília: vol. 10, n.2, jul /dez 1995.

policiais, pois além de serem vítimas potenciais de agressões, também podem ser roubados por esses. Os policiais investidos de “autoridade” apreenderiam objetos dos moradores alegando serem resultados de furtos ou assaltos. Como relata um ex-presidente de associação de moradores:

“Se tem um produto novo, bonito, pedem. [nota fiscal] (...) Bem, se não tiver a nota é ‘apreensão’ certa.”²

Cria-se assim, a visão de que os policiais são “bandidos fardados”, e que seria até melhor a presença dos traficantes, pois estes respeitariam os trabalhadores. (ALVITO, 2001).

A violência policial é, então, vivida no cotidiano dos moradores de favelas, os policiais, que ao entrar em comunidades pobres acreditam estar em território inimigo, baseiam sua conduta nesta crença se utilizando ora de armas, ora da corrupção. Assim, a intervenção policial nas favelas é percebida como abusiva, pois ou os policiais são autores de uma violência que não distingue os moradores, ou estão praticando extorsão. “As relações que mantêm com a população são de uma brutalidade proporcional ao medo.” (PERALVA, *op. cit.*, p132) O que faz com que os moradores se sintam ameaçados constantemente, formando um sentimento de “risco de morte”. A figura do policial, como já dito, é vista com bastante desconfiança. Tem-se a idéia de que a sua presença nas favelas é uma ameaça à integridade física dos trabalhadores, no sentido da falta de regras na relação entre esses atores, diferente do que ocorreria na relação entre os moradores e os traficantes.

² Entrevista dada pelo líder comunitário de Vigário Geral Lins Pereira Antunes à Revista **Discursos Seditiosos**. Rio de Janeiro: Ano 1, n.2, 2º semestre de 1996.

É claro, que a presença do policial não é sentida da mesma maneira em todas as favelas do Rio de Janeiro. No capítulo dois argumentarei, através da análise de alguns depoimentos, que o sentimento em relação ao policial pode variar de acordo com a realidade de cada “comunidade”. Suponho também que, durante a década de 90, principalmente após escândalos como as chacinas de Vigário Geral e Candelária, a atuação do policial passou a ser monitorada, de certa forma, por entidades da sociedade civil ligadas à defesa dos direitos humanos e também pela imprensa. O que deve ter refletido de alguma forma no modo de trabalhar do policial carioca. Nesta seção tive intuito apenas de realizar um panorama geral do trabalho policial no Rio de Janeiro, sob a perspectiva de outros trabalhos acadêmicos.

1.2 Os traficantes

No Rio de Janeiro a *fragmentação do tecido sócio-político-espacial* se acentuou com o crescimento do tráfico de drogas nas áreas pobres da cidade. Essa fragmentação é resultado da territorialização que o tráfico de drogas tem submetido às favelas cariocas. As diferentes favelas tornaram-se territórios marcados por diversas facções envolvidas com o comércio de drogas ilícitas, cerceando a liberdade dos moradores de ir e vir, dificultando principalmente o trânsito entre as diferentes “comunidades”. A relação entre os traficantes e a população favelada não deve ser vista como uma relação harmoniosa. Apesar do tráfico em muitas favelas representar um fator de ordem, pois cumpre papéis que caberiam ao Estado (reprimindo alguns crimes dentro das favelas, como assaltos e brigas conjugais, ou

fazendo benfeitorias para a “comunidade”, como festas e auxílio material a alguns moradores), esta postura paternalista dos traficantes pode alternar-se como uma tirania. Em muitas favelas, moradores podem ser expulsos de suas casa por ali ser um ponto estratégico, em outras existe um “toque de recolher” e outras proibições. (SOUZA, *op. cit.*) A presença do tráfico de drogas nas áreas pobres da cidade também influencia na participação e organização política dos moradores. Em meados da década de oitenta, os traficantes passaram a se interessar pelas associações de moradores, os criminosos se faziam presentes nas decisões dos líderes comunitários, fazendo com que as relações entre líderes comunitários e traficantes se tornassem tensas. Qualquer crítica à atividade realizada pelos traficantes poderia resultar em expulsão ou em morte. (ZALUAR, 1995).

Nesta relação que pode ser ao mesmo tempo tirânica e paternalista, os trabalhadores tentam criar estratégias para a convivência com os criminosos, como nos mostrou Zaluar em seu estudo sobre a Cidade de Deus. A antropóloga observou que a identidade dos trabalhadores era construída principalmente em oposição aos bandidos e aos vagabundos. Mas, apesar disso não existia na Cidade de Deus uma segregação declarada, as relações entre trabalhadores e bandidos se mostraram muito mais ambíguas e complexas do que poderiam parecer à primeira vista. Os trabalhadores criavam suas próprias idéias sobre o bandido e junto com isso regras de convivência com os mesmos. Para os trabalhadores, o bandido pode ser representado tanto como um covarde, alguém que precisa de uma arma de fogo para se sobressair entre os demais, ou como alguém que é atraído pelo dinheiro fácil, pois o bandido seria aquele que não quer trabalhar. O trabalho ainda teria uma forte conotação moral, sendo a fonte de uma superioridade moral dos trabalhadores e sua família. Desta forma, tenta se manter uma distância dos “negócios” dos criminosos, por também existir um medo constante de se entrar numa “disputa” com os traficantes, pois estes

resolvem seus problemas utilizando a arma. Os trabalhadores também diferenciam os “tipos” de criminosos, existiriam os criminosos que não seguem as regras de convivência com os trabalhadores, humilhando ou roubando os moradores da favela. Esse criminoso seria, na visão dos moradores da Cidade de Deus, a principal fonte de conflitos entre trabalhadores e bandidos, um certo tipo de bandido que não respeita o trabalhador, o “pivete” ou “bandido porco”. O bandido “porco” se opõe à figura de um outro tipo de bandido, o “formado”. Esse, seria um bandido que respeita os moradores da “comunidade”.(ZALUAR, *op. cit.*) O estudo feito pelo antropólogo Marcos Alvito em Acari (situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro), aponta para a existência de uma idéia entre os moradores da favela do “bom chefe” que podemos fazer uma correlação com a idéia de bandido “formado” da Cidade de Deus:

“O ‘bom’ chefe, na verdade age de acordo com as normas locais da hierarquia e da reciprocidade. (...) Hierarquizar significa: diferenciar, atribuir papéis, estabelecer áreas e modos de atuação específicos. Trabalhadores não deviam se misturar a vagabundos e viciados. (...) Reciprocidade: roubava, tinha de devolver; desrespeitava, era humilhado (...) É a lei não-escrita da reciprocidade: ‘fez, tem que pagar’...” (ALVITO, *Op. Cit.*, p.241-242)

O “bom-chefe” seria o criminoso que comandava o tráfico de drogas na favela, mas respeitava o trabalhador, pois os diferenciava daqueles que pertenciam ao crime e ao mesmo tempo protegia os trabalhadores de serem vítimas de crimes dentro da favela. A esses “chefes” eram feitas boas menções quando recordados em depoimentos ao antropólogo. Assim como a expressão “sujeito-homem”, que não diz respeito somente aos chefes do tráfico, denota valores como honra e coragem, ela também é usada em oposição à expressão “menino”. Os “meninos” seriam os membros do tráfico de drogas que não

respeitavam normas de convivência dentro da “comunidade”. Estupros, desrespeito às famílias, crueldades, traições, são características atribuídas aos “meninos” pelos moradores de Acari. Através dos relatos Alvito pode demarcar diferentes momentos da relação entre os criminosos e os trabalhadores daquela “comunidade”. Esses momentos apresentam oscilações que correspondem à presença ou não de um “bom chefe” e ao surgimento da categoria “meninos” no controle do comércio de drogas. Os dois relatos abaixo, feitos por líderes de diferentes comunidades, acentuam a presença das figuras mencionadas por Alvito. No primeiro aparece a figura do “bom-chefe”, um tipo de traficante que era um fator de “ordem” no cotidiano das favelas, no segundo os “meninos”, traficantes que não respeitam as pessoas da “comunidade”:

“Nós tínhamos um bandido, o Marcos, mais ou menos em 78, 79, que deu moral à favela. Ele morreu em 1983. De lá pra cá começou. Bandido não assaltava mais. Todo bandido que assaltava na favela na primeira vez apanhava, na segunda morria.”³

“Muita das vezes os jovens tem necessidade de ter algo, e o pai não podendo dá, aí o tráfico adota. Aí dão um tênis da marca, uma roupa. O jovem perde totalmente o respeito pelo pai e vivem a mercê do traficante, do “patrão”, como eles dizem. Desrespeitando tudo e todos.”

(“André” - Líder Comunitário)

A intervenção dos traficantes nas associações de moradores é um outro fator que pode gerar tensões nas “comunidades”. Como disse anteriormente, em determinado momento as associações de moradores passaram a ser interessantes aos olhares dos

³ Entrevista dada por Lins Pereira Antunes, líder comunitário de Vigário Geral à Revista **Discursos Sediciosos**. *Op. Cit.*

criminosos. “Em meados da década de 1980, o tráfico de drogas se tornou um negócio global bilhardário cujos tentáculos estenderam-se até as favelas cariocas. Num primeiro momento, ainda foi possível aos chefes do tráfico nas favelas manterem contato direto com os moradores. (...) Mas, à medida que a repressão da polícia aumentou, foi necessário valer-se da intermediação das associações de moradores”. (ALVITO, *Op. Cit.*, p.157) A penetração política do tráfico ocorreu em diversas favelas da cidade. Na favela Santa Marta, localizada na zona sul da cidade, os traficantes através de do seu poderio militar, desestruturavam as chapas concorrentes daquelas que tinham seu apoio, ao mesmo tempo em que conquistavam os votos da população oferecendo festas durante a campanha. (PERALVA, *Op. Cit.*).

No trabalho já mencionado de Marcos Alvito, o antropólogo assinala que para os moradores de Acari existia uma relação institucionalizada entre os traficantes e certas associações. Pela associação de moradores o tráfico realizaria diversas bem feitorias em prol da “comunidade”, boa parte do caixa das associações era proveniente da renda do comércio de drogas ilícitas. Esse grau de institucionalização era assustador em algumas associações. Para alguns moradores a autoridade dos líderes comunitários emanava dos chefes do tráfico e, por este fato, a posição dos líderes comunitários acaba por se tornar muito frágil, além de perigosa. Pois, na medida em que é caracterizada uma associação dos líderes comunitários com o tráfico acarretaria um esvaziamento da associação e a perda de legitimidade entre os moradores. Assim, mesmos os líderes que não negavam um envolvimento com o tráfico tentavam passar uma idéia de separação de espaços. Para os líderes comunitários a acusação de serem “associados” ao tráfico de drogas macula sua reputação, por isso se empenham em reforçar um distanciamento entre eles e os traficantes,

expressos na dicotomia “lá e cá” e na expressão “o outro lado”. Tentam também passar a idéia de que essa relação é inevitável, e assim baseiam-se, então, no respeito mútuo, mesmo que os líderes comunitários manifestem certo desprezo pelo tráfico e pelos usuários de drogas. O depoimento abaixo exemplifica esta questão:

“É preciso deixar claro que a associação dos moradores nunca recorre ao tráfico para resolver questões assistenciais. Os próprios moradores não gostam disso porque tem medo deles. Não se aproximam. A ajuda que o tráfico dá é extremamente espontânea. É o marketing deles. Agora, se você está desempregado, com fome, e alguém faz uma grande festa ou te oferece uma cesta básica, você vai dizer não? É complicado. Nunca ninguém recusa.”⁴

Se por um lado, as participações dos traficantes nas associações de moradores em algumas favelas podem trazer benefícios para a “comunidade”, por outro lado podem prejudicar a população local, na medida em que os interesses forem opostos.

“Tudo que tem que ser feito, eles [traficantes] tem que saber. Porque a associação não manda. Se a associação quiser cavar aqui, só cava se eles permitir. (...) Tem o nível das obras que vão começar do favela-bairro. Tem que fazer uma estrada, que a obra exige. Mas o que acontece? A estrada não pode ser feita porque eles dizem que não. Estrada de ligação não pode. Eles falam que facilita, facilita a entrada de polícia e da quadrilha inimiga.”
(“André” – líder comunitário)

⁴ Entrevista dada por Antônio Gabriel “Rumba”, ex-presidente da associação dos moradores do Jacarezinho, disponível via Internet via www.no.com.br arquivo consultado em 2000.

No depoimento acima, vemos que o tráfico de drogas não age somente baseado em uma relação de respeito com os moradores, o interesse da defesa de seu comércio ilegal está acima dos interesses da população. Neste caso, a favela sai prejudicada, pois perde um dos poucos investimentos urbanísticos do qual pode desfrutar, em função de estratégias militares dos traficantes locais. De acordo com “André”, a sua “comunidade” continuará sem vias de acesso que possam passar veículos, o que dificulta até mesmo a atuação da Defesa Civil no local. As lideranças comunitárias não têm “força” para entrar numa disputa com os traficantes, para “André” o que poderia resolver o assunto seria uma intervenção estatal, com a presença de policiais militares garantindo a execução da obra. Contudo, para isso a “comunidade” necessitaria de “padrinhos” políticos. Mas, este já é um outro assunto que pode ser deixado para um trabalho posterior.

Vemos que a relação entre traficantes e população favelada não é simples de ser classificada. Esta relação não se baseia somente no medo e na força, como estamos acostumados a crer. Sabemos que a dominação está baseada numa correlação de forças desiguais, mas como acentua Neto, a “dominação implica em uma reivindicação de legitimidade e um controle de recursos socialmente valorizados”. Assim, a dominação se dá mediante uma “interação entre estratégias dos dominadores e a experiência histórica, sócio-cultural e de organização dos dominados” (NETO, 1995, p.425). Podemos exemplificar esta afirmação nos relatos abaixo:

“O tráfico não traz nada de bom para a comunidade. Não posso ser contra o cara que tá vendendo porque ele cresceu junto comigo, mas sou contra o tráfico de drogas. Não existe aliança a ser feita, a única coisa que pode existir é uma relação de respeito. (...) Não sou a

favor da polícia nem a favor do tráfico e na favela tem os dois. Só que o pessoal do tráfico entende minha posição.”⁵

“Em primeiro lugar, o traficante, antes de ser traficante, é um morador da comunidade também. (...) A grande maioria da comunidade, que não participa dessa delinquência, considera o “movimento” uma coisa nociva e perniciososa. Ela não gosta e abomina o tráfico. Mas, por outro lado, não tem força para extirpar esse câncer. O que a gente faz? Quimioterapia. Ou seja, como nós não temos força para extirpar a doença, buscamos remédios que nos permitam conviver com essa dor. (...) Você precisa ser absolutamente claro ao lidar com eles [os traficantes]. Eles precisam saber exatamente o que você faz. (...) Para cada pancada que você dá no tráfico, você é obrigado a responder com pelo menos 20 boas ações para o conjunto da comunidade. Se não fizer isso, você não equilibra o jogo, perde o respeito e, se bobear, perde a vida também.”⁶

Nos dois depoimentos uma das primeiras características dos traficantes que foi assinalada é a percepção destes como alguém próximo, um amigo de infância ou um vizinho, o que aproxima, de certa forma, os interlocutores dos traficantes e dificulta também um grande estranhamento entre estes atores. Por outro lado, a presença do tráfico nas favelas não é percebida como algo positivo, chegando a ser comparado a uma doença, a um câncer. Mas, como a existência do tráfico e sua permanência nas favelas é um fato com o qual não se tem como lutar, os moradores tentam se relacionar com esses atores de uma forma que os riscos dessa convivência sejam minimizados ao máximo. Os entrevistados dizem que sua oposição ao tráfico é feita de maneira aberta, mas são respeitados pelos traficantes. A palavra respeito aparece freqüentemente, nestes relatos e em outros trabalhos, quando se tenta traduzir a relação dos moradores e traficantes. Normas, e respeito a essas

⁵ M V Bill. Rapper morador da Cidade de Deus. Depoimento dado à Revista **Democracia Viva**. Rio de

normas, seriam fatores primordiais para a convivência “pacífica” entre criminosos e trabalhadores nas favelas do Rio de Janeiro.

Capítulo 2

“CENAS DA GUERRA URBANA”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

SOBRE O OBJETO

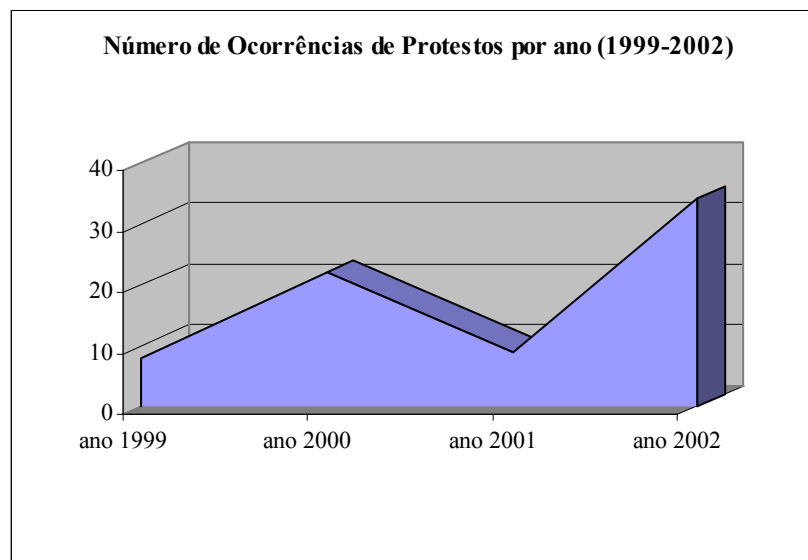
Quinze de maio de 2000, 16 horas, cerca de 50 moradores dos morros Pavão-pavãozinho e Cantagalo saíram de suas casas em direção as ruas de Copacabana. O grupo, usando latões de lixo e caixotes de madeira, fechou o trânsito na rua Raul Pompéia seguindo para a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, apedrejando ônibus e automóveis que passavam naquele momento. Os moradores de Copacabana, segundo os jornais, estavam em pânico com a situação, alguns se refugiaram no comércio e nas portarias dos prédios, principalmente as crianças que retornavam da escola naquele momento. O comércio próximo ao tumulto fechou suas portas esperando o fim da manifestação que teve duas horas de duração. As imagens do “quebra-quebra” provocado pelos manifestantes foram divulgadas amplamente em diversos meios de comunicação, chamando a atenção até mesmo do então Presidente da República¹. Os manifestantes, moradores do morro do Pavão-pavãozinho, se diziam revoltados com a operação da Polícia Militar que aconteceu no mesmo dia e resultou em cinco mortos, todos identificados pela polícia como traficantes de entorpecentes. O motivo da revolta era, segundo os moradores, a falta de informações sobre os mortos, também moradores da comunidade², e a “covardia” com que foram assassinados, pois já estariam rendidos, o que caracterizaria a ação como uma execução.

¹ FH quer plano contra a violência. Presidente vê na TV confronto em Copacabana e convoca governadores para reforçar as polícias. **O Dia On Line**, Rio de Janeiro, 17 de maio de 2000.

² Depoimentos dados ao jornal **Extra** de 16 de maio de 2000.

Talvez por se tratar de uma área considerada nobre, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, este tenha sido um dos casos mais divulgados daquele ano. Depois do ocorrido, a imprensa se voltou mais uma vez para este tipo de protesto e passou acompanhar o seu desdobramento. Contudo, não era a primeira vez que um protesto como este acontecia no Rio de Janeiro, nos meses anteriores, de janeiro a maio de 2000, já haviam ocorrido seis protestos similares no Estado do Rio de Janeiro, e continuaram acontecendo ao longo do ano. E não apenas no ano 2000, outros protestos com as mesmas características já vinham ocorrendo no Rio de Janeiro em anos anteriores. A imagem de ruas fechadas, e principalmente de ônibus queimando no meio de avenidas, foi vista repetidas vezes pelo carioca entre 1999 e 2002, período que a pesquisa cobre, gerando uma grande polêmica ao seu redor. Nos gráficos a seguir podemos observar a evolução e a distribuição de protestos similares na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1999 e 2002.

Gráfico I



Fontes: Jornais *O Dia*, *O Globo*, *Extra*, *Jornal do Brasil* e *O Povo*.

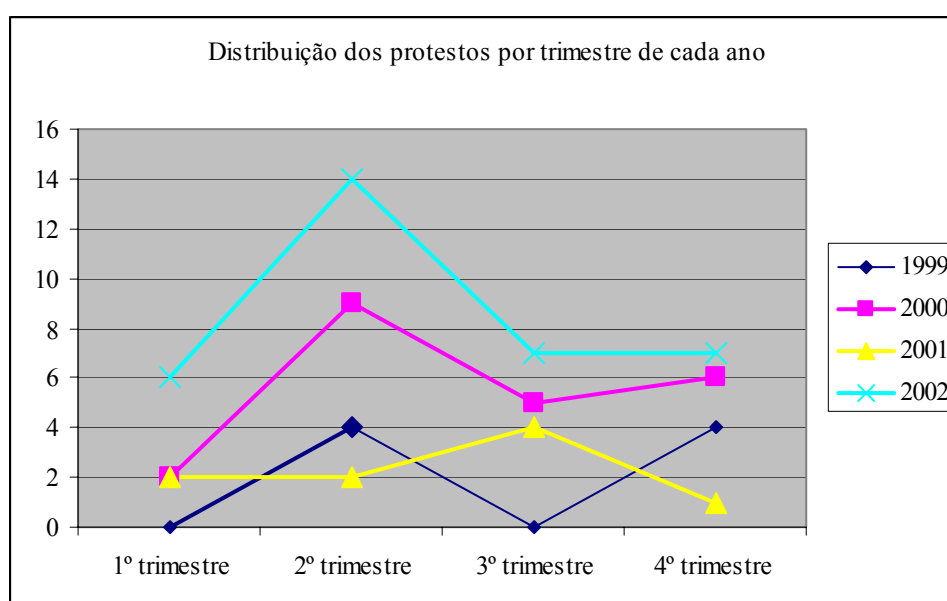
O gráfico I tem como objetivo nos dar uma visão geral do universo de casos que são trabalhados na pesquisa, são 73 casos ao todo, que no gráfico estão divididos por ano. Assim temos, oito protestos noticiados no ano de 1999, vinte e dois no ano 2000, nove em 2001 e trinta e quatro em 2002. Nestes números pode-se notar uma crescente evolução dos protestos até 2001, ano em que se observa uma queda, e então um significativo salto em 2002, o que nos mostra uma expressiva frequência deste tipo de evento e que os protestos mais noticiados, como o que ocorreu em Copacabana, não são eventos isolados.

Esta frequência não deve ser interpretada com rotinização, pois apesar do alto número de ocorrência, este tipo de evento não faz parte do cotidiano da cidade. São acontecimentos extraordinários, ou seja, não são vistos como comuns ou rotineiros. A atenção que a imprensa dá a esses acontecimentos demonstra o quanto eles, apesar de numerosos, não são comuns. Por outro lado, o alto número de casos nos aponta para a existência de um conflito que pode ter como ápice este tipo de manifestação. A meu ver, o que está em jogo é uma rede de relações sociais conflituosa e muito complexa, que envolve população de áreas pobres, traficantes de drogas e policiais. A noção de drama social nos ajuda a compreender este evento. O drama social é entendido como uma ocasião onde as normas sociais entram em crise e passam a ser pensadas de forma reflexiva. Os dramas servem então, como indicadores de normas e relações sociais, permitem entender o movimento da sociedade, pois a sociedade se reproduz em quaisquer domínios sociais, mesmo em momentos de conflito ou situações que possam parecer anômalas. (TURNER, *apud* DAMATTA, 1986) Assim, os “quebra-quebras” seriam o reflexo de um conflito anterior e muito mais complexo. Um objeto com uma dimensão tão grande não pode ser olhado como se fosse um evento isolado, pois existem entre os grupos identificados acima (moradores, traficantes e policiais) relações

muito tênues, conflituosas e difíceis de classificar. Relações que fazem parte do dia-a-dia das favelas do Rio de Janeiro e que ficam mais expostas no momento de um confronto como os protestos que analiso, mas não se restringem a este momento.

No gráfico seguinte pode-se visualizar com mais detalhes a evolução dos protestos em cada ano, percebendo as variações no número de ocorrências no decorrer do ano.

Gráfico II



Fontes: Jornais *O Dia*, *O Globo*, *Extra*, *Jornal do Brasil* e *O Povo*.

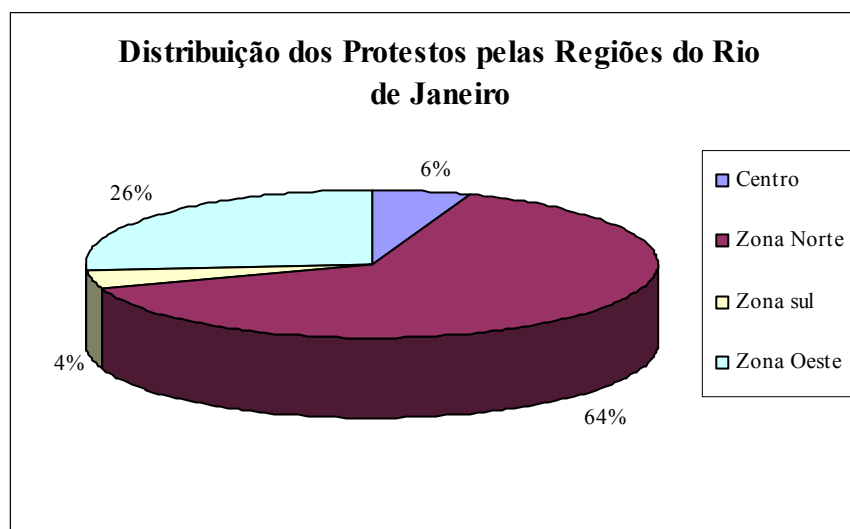
O gráfico II mostra-nos um movimento de alta do ano de 1999 para ano 2000 e partir do segundo trimestre de 2000 pode-se notar uma queda gradual, com pequenas altas, até o início de 2002 atingindo o ápice no segundo semestre de 2002. Estas oscilações acabam por coincidir com mudanças do governo estadual na área de segurança pública, o que poderá posteriormente nos ajudar a compreender melhor a nossa questão. No entanto, neste momento nos interessa apenas observar o progresso no número de ocorrências no decorrer dos anos. A análise das possíveis interferências das diferentes políticas na área de segurança pública no objeto e na legitimação ou não

deste pela imprensa será feita mais adiante. Além disso, se observarmos com atenção veremos que no primeiro trimestre de cada ano os números de ocorrências são significativamente mais baixos em relação aos outros períodos do ano, o que pode indicar mais uma característica do nosso objeto. O número de ocorrências nos meses de fevereiro e março é muito baixo, apenas sete, se pensarmos que estamos trabalhando com um universo de 73 casos. Coincidentemente ou não, este período é o mesmo em que ocorre o carnaval, tempo de festa e distanciamento das realidades cotidianas. O carnaval não seria o momento de explicitação dos conflitos, principalmente de forma violenta. O carnaval é visto como um momento de erradicar temporariamente as oposições cotidianas e sintetizá-las, pois tenta romper as barreiras que separam as diversas esferas da vida social. Tudo o que pertence ao mundo do trabalho, da “dura realidade da vida” ficaria de fora da festa. (DAMATTA, 1994)

Apesar da pouca referência feita nas reportagens de jornais, a duração dos protestos merece menção. Dentre as reportagens que registraram o tempo dos protestos, os que tiveram a maior duração foram os que ocorreram na Cidade de Deus, Favela da Metral e Vila Pinheiro, os três protestos duraram mais de 4 horas cada um. Uma longa duração dos protestos pode representar tanto um certo descaso com o local em que ocorreu, levando em consideração quais vias públicas foram interditadas (apesar da Vila Pinheiro ser muito próxima a uma avenida de grande circulação e o protesto ter interditado esta via), quanto uma resistência dos manifestantes à repressão, podendo acontecer de serem dispersos de um local e transferirem a manifestação para outro ponto próximo. Para responder essa questão seria necessária uma análise de cada caso e como foi a ação da polícia para controlar o protesto, o que não é o propósito do trabalho. Outro dado, que também ajuda a pensar a repressão aos protestos, é o número de pessoas detidas em função de protestos em que houve destruição de bens materiais.

No total de 73 casos, a imprensa noticiou aproximadamente apenas 20 detenções, por depredação de bens públicos ou privados. Esse fato pode ser explicado em função do anonimato que geralmente envolve os atores, a “multidão” pode acabar por “esconder” os participantes. A dificuldade pode estar também em como identificar em meio à multidão os responsáveis pela ação que é criminosa na maioria dos casos (com exceção dos casos em que não houve depredações). Seria possível responsabilizar e deter todas as pessoas presentes? É claro que em alguns casos houve detenções, mas suponho que as pessoas detidas foram presas em flagrante no momento em que agiam contra o patrimônio, por exemplo. Do mesmo modo que a questão anterior, aqui seria necessária uma análise de toda a ação a partir de uma descrição detalhada.

Gráfico III

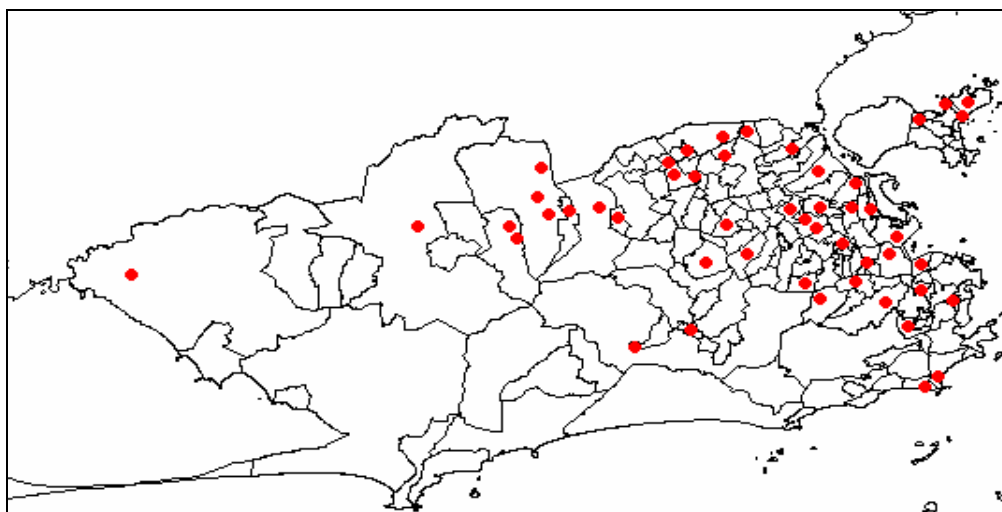


Fontes: Jornais *O Dia*, *O Globo*, *Extra*, *Jornal do Brasil* e *O Povo*.

A visualização da distribuição das revoltas pela cidade do Rio de Janeiro também nos ajudará a compreender como este tipo de protesto se localiza na cidade e quais as regiões em que é mais freqüente. No decorrer deste trabalho, veremos como essa distribuição será um importante instrumento de auxílio para a análise do objeto. Assim, os casos foram distribuídos de acordo com as regiões da cidade e a partir da

análise destes dados pode-se constatar a maior ocorrência de protestos na zona norte da cidade, 64% do total, seguido de 26% que representa a zona oeste, como podemos observar no gráfico. Esta divisão entre as áreas da cidade é importante, pois cada região possui características específicas, podendo assim contribuir para uma maior concentração de casos em uma determinada área. Contudo, percebe-se que não há uma “exclusividade” de uma única região no que diz respeito ao nosso objeto. Até porque, a cidade do Rio de Janeiro apresenta áreas pobres até mesmo nos seus bairros mais luxuosos, como é caso no morro do Pavão-pavãozinho localizado em Ipanema, bairro que também foi palco de um dos protestos. No mapa abaixo vemos como o objeto se distribui pela cidade, ajudando-nos a visualizar com mais precisão a localização dos lugares onde foi notificada a ocorrência do nosso objeto.

Mapa I



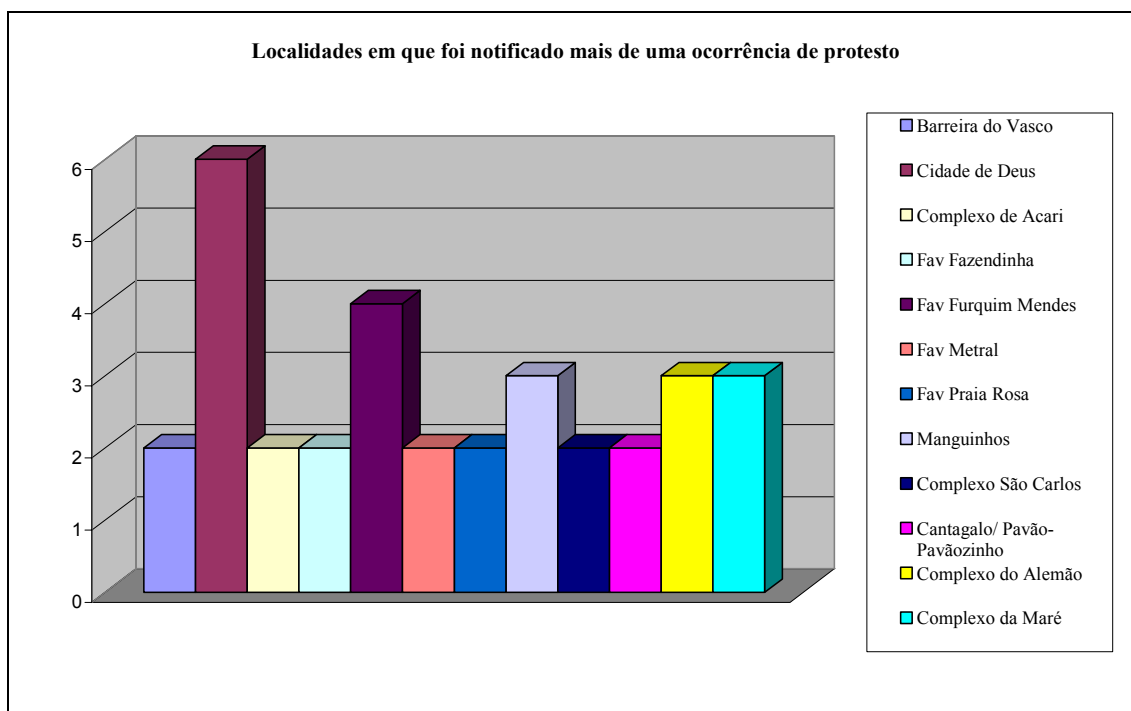
Fontes: Jornais *O Dia*, *O Globo*, *Extra*, *Jornal do Brasil* e *O Povo*.

Vemos mais um aspecto interessante neste mapa, apesar dos protestos estarem espalhados pela diferentes regiões da cidade, estão muito próximos uns dos outros (com exceção do bairro de Santa Cruz). A área onde há a maior concentração de casos corresponde também a região da cidade em que existe uma maior concentração de

favelas, a zona norte. As divisões apresentadas no mapa referem-se aos limites dos bairros da cidade, os pontos vermelhos não estão se referindo ao número de registros de protestos, mas somente a sua localização.

Em muitos lugares foi notificada a ocorrência de mais de um protesto, como mostra o gráfico IV, em que estão representadas todas as localidades em que foram encontrados mais de um registro de protesto.

Gráfico IV

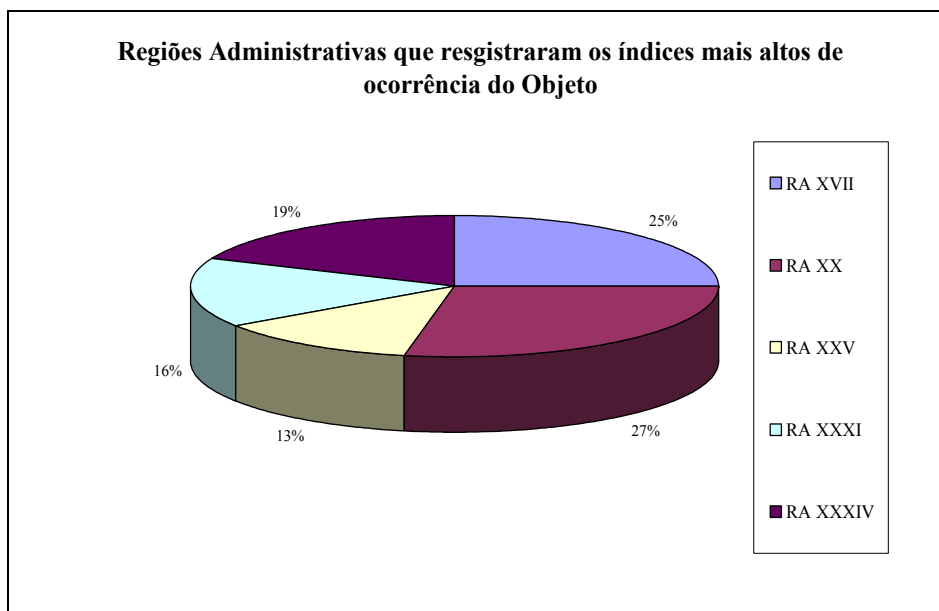


Fontes: Jornais *O Dia*, *O Globo*, *Extra*, *Jornal do Brasil* e *O Povo*.

Das quatro regiões da cidade (zona norte, zona sul, zona oeste e centro) apenas no centro não foi registrada uma localidade em que tenha ocorrido, mais de uma vez, revoltas como as que aqui estão sendo analisadas. Das doze comunidades que estão representadas no gráfico, nove “comunidades” estão localizadas na zona norte (Barreira do Vasco em São Cristóvão, Complexo de Acari, Favela Fazendinha em Inhaúma, Favela Furquim Mendes no Jardim América, Favela Praia Rosa na Ilha do Governador,

Manguinhos, Complexo do São Carlos no Estácio, Complexo do Alemão e Complexo da Maré), duas na zona oeste (Cidade de Deus em Jacarepaguá e Favela da Metral em Bangu) e uma na zona sul (Cantagalo/Pavão-pavãozinho que se situa entre Ipanema e Copacabana). Este “ranking” acaba por seguir a porcentagem da distribuição das regiões da cidade apresentada no gráfico III, excluindo-se o Centro obviamente por não estar representado no gráfico IV. O gráfico V apresenta as regiões administrativas da prefeitura do Rio de Janeiro que tiveram o maior número de revoltas, são elas: RA XX – Ilha do Governador com 27% (9 casos), RA VII Bangu com 25% (8 casos), RA XXXIV – Cidade de Deus com 19% (6 casos), RA XXXI – Vigário Geral com 16% (5 casos) e RA XXV – Pavuna com 13% (4 casos). Nas três primeiras RA’s estão localizadas três das dez “comunidades” apresentadas no gráfico IV, Favela Praia Rosa, Favela da Metral e Cidade de Deus.

Gráfico V

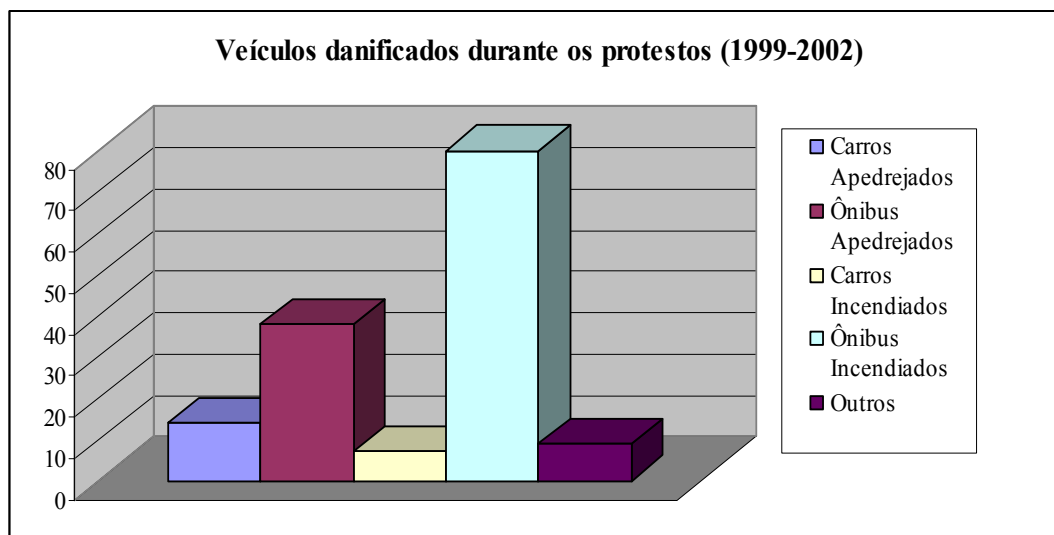


Fontes: Jornais *O Dia*, *O Globo*, *Extra*, *Jornal do Brasil* e *O Povo*.

2.1 “Mais ônibus incendiados na Avenida Brasil”: os alvos das revoltas.

Um fato, diríamos que intrigante, é notarmos para onde os protestos se direcionam. Os alvos atingidos pelas revoltas são, frequentemente, ônibus e carros de passeio. Apenas no ano 2000, 22 ônibus foram incendiados e 16 apedrejados e em 2002 foram 65 ônibus danificados neste tipo de manifestação. O gráfico a seguir indica a quantidade de veículos danificados em protestos entre os anos de 1999 e 2002.

Gráfico VI



Fontes: Jornais *O Dia*, *O Globo*, *Extra*, *Jornal do Brasil* e *O Povo*.

É importante atentar para o fato de que ônibus e carros não são os motivos das revoltas, não se trata de protestos contra atropelamentos ou contra o sistema de transporte público, como em outros casos já estudados³, em que a ação é direcionada para aquilo que motivou a revolta. Os protestos são, como já disse, reações a operações

³ O sociólogo José Álvaro Moisés tem dois estudos sobre o assunto, nos quais os alvos da revolta também são a causa imediata delas. O quebra-quebra de bondes em 1947, e os quebra-trens da década de 70. Assim como Edson Nunes ao estudar o que se chamou de “revolta das barcas” na cidade de Niterói, RJ.

policiais e em nada dizem respeito ao sistema de transporte coletivo. A pergunta que se faz aqui é porque os protestos têm como ápice na maioria dos casos a destruição de um veículo? E a partir desta questão podemos levantar outra: qual é o peso simbólico que tem a destruição de ônibus para este tipo de manifestação e para a nossa sociedade? Roberto DaMatta acredita que os protestos se voltam de forma violenta para os meios de transporte público por representarem uma cidadania sem direitos e com muitos deveres. Ser obrigado a andar de ônibus ou de trem teria no Brasil um caráter negativo, sinal de um estilo de vida subalterno e massificado, contrastando com o uso do automóvel, que seria símbolo de uma “personalização elitizante”. Com a ineficiência dos transportes de massas das grandes cidades brasileiras, o seu usuário é definido de maneira pejorativa, por exemplo, através dos termos “gado” e “presunto”. A deficiência do transporte público e os valores negativos que este agrega seriam os fatores determinantes para que a revolta se dirigisse contra os ônibus. (DAMATTA, *op. cit*) Assim como, os moradores da Cidade de Deus justificavam saques ocorridos na década de 80 em supermercados próximos à “comunidade”, por estes serem organizações impessoais e com o objetivo apenas de aumentar seu lucro. Os supermercados além de vender mercadorias de baixa qualidade, aumentavam constantemente os preços, o que fazia os moradores justificarem os saques com a frase: “roubamos quem nos rouba”. (ZALUAR, 1985) Da mesma forma que para DaMatta os ônibus representam a opressão feita às classes pobres, aqui o supermercado faria este papel.

Não obstante, ouvi em uma das entrevistas que realizei uma explicação mais racionalizada. Os ônibus seriam alvos de depredação, pois sabe-se que as empresas de ônibus têm seus veículos assegurados, assim os danos provocados pelos protestos seriam minimizados.

“A gente sabe que os ônibus estão todos no seguro, né? Porque eu acho também que tem muitos protestos que acontece, que machuca os passageiros, entendeu?”
“...acho que podia fazer de um jeito mais organizado. Tipo assim, não machucar as pessoas, de repente mandar até parar ônibus, mandar descer as pessoas, queima o ônibus ali, só o ônibus. Que essas empresas geralmente têm seguro mesmo, não vão perder nada.”

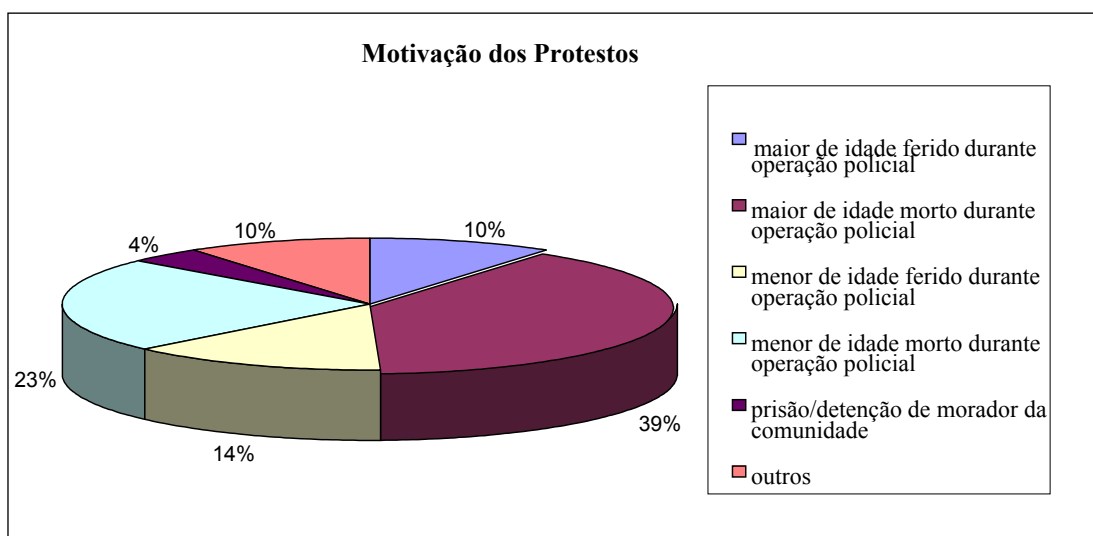
(“Carlos” – presidente de bloco afro)

Penso que as duas explicações podem ser somadas na tentativa de elucidar a questão. Ao mesmo tempo em que estes veículos podem simbolizar a opressão vivida pelas classes populares em geral, a questão de que as empresas de ônibus têm seus veículos assegurados, faz com os manifestantes possam se “vingar” daquilo que representa a opressão por eles sofrida e ao mesmo tempo justificar a sua ação por não estarem causando grandes danos a ninguém. Devemos ainda acrescentar o fato que um incêndio de ônibus no meio de vias importantes para a cidade como a Avenida Brasil, não deixa de ser uma forma estratégica de se chamar à atenção para o protesto. Obviamente, se o mesmo ocorresse com carros de passeio (como de fato aconteceu em alguns casos) também chamaria a atenção da imprensa, suponho que não iriam ignorar pessoas incendiando carros em qualquer lugar que fosse da cidade. Mas, os ônibus são maiores e proporcionariam um “espetáculo” maior. Ainda devo ressaltar que, sendo o motivo das revoltas a ação policial em uma determinada comunidade, seria mais difícil dirigir os protestos para o que o motivou, se aproximar da polícia não deve ser uma tarefa fácil, levando em consideração que os policiais estão portando armas de fogo.

2.2 “É tudo orquestrado por traficantes”: a polêmica que envolve o objeto

Na Introdução procurei deixar claro que os protestos que analiso aqui são aqueles que comumente são chamados de quebra-quebras. Mas, além de distinguir os protestos que são nosso objeto das manifestações previamente organizadas, portanto previstas, acredito que delimitando o objeto também no que diz respeito à motivação torna-se mais fácil a compreensão do mesmo e a análise de sua repercussão na imprensa. Pois, cada motivação diria respeito a um tipo de conflito existente na sociedade. Aqui, como já disse, nosso interesse está voltado para a tensão existente entre moradores de áreas pobres da cidade do Rio de Janeiro e a Corporação Policial, seja ela civil ou militar. Todos os casos são motivados por uma “indignação” com o modo de agir da polícia em áreas pobres, mas achei necessária mais uma distinção. Os protestos estão também separados por *submotivações*. Essas *submotivações* seriam causas específicas de cada revolta, o fato que fez com que a revolta se desencadeasse, uma espécie de estopim. Abaixo, temos um gráfico que separa os casos notificados por *submotivações*.

Gráfico VII



Fontes: Jornais *O Dia*, *O Globo*, *Extra*, *Jornal do Brasil* e *O Povo*.

O maior percentual (39% do total) encontrado foi de protestos em que a causa imediata é a morte de um ou mais moradores da localidade durante uma operação policial. Deste percentual aproximadamente 46% (quase a metade) dos casos a vítima foi identificada como agente do tráfico ilegal de drogas. Percebemos que o envolvimento ou não da vítima com a criminalidade não pesa para a eclosão da revolta, o que aparentemente está em jogo é a chamada “truculência” da ação policial seja ela contra “culpados” ou “inocentes”. Os casos em que a vítima é um menor de idade, somados representam 37% do total, nesses casos pode-se observar através do relato da imprensa uma maior indignação por parte dos manifestantes e uma maior exposição destes na mídia (em muitos casos os parentes das vítimas se identificam e falam à imprensa deliberadamente sobre sua participação nos protestos), principalmente nos casos em que a vítima tem menos de 10 anos. A imagem da “inocência” vitimada é utilizada tanto pelos manifestantes quanto pela imprensa, analisaremos este fato mais detalhadamente no próximo capítulo. Os casos que estão apresentados na categoria outros representam motivações que só tiveram uma ocorrência, como em um caso de seqüestro de traficante por policiais, e os casos que não apresentaram motivação específica apenas se enquadraram na motivação geral, uma insatisfação com o tratamento recebido da polícia.

Ainda, vale ressaltar que em todos os protestos que foram selecionados foi apontada pela imprensa a participação de moradores de determinada localidade e a existência de algum tipo de reivindicação com relação à polícia. Nesse caso, não entram no nosso universo de análise os fatos ocorridos nos dias 11 e 30 de setembro de 2002 na região metropolitana do Rio de Janeiro, quando o comércio fechou as portas sob ameaça de traficantes e ônibus foram queimados em diversos pontos da cidade. Estes

acontecimentos não tiveram a conotação de protesto, mas sim de uma ameaça em que os traficantes fecharam o comércio e incendiaram veículos declaradamente. E é este fato que diferencia o nosso objeto desses dois acontecimentos, que de certa forma pararam a cidade do Rio de Janeiro: a participação de criminosos ligados ao comércio de drogas ilícitas é explícita. Isto não significa que nos casos que iremos analisar não haja participação de traficantes.

O problema que pretendo enfrentar separando os casos por *submotivações* é a acusação feita, principalmente pelo governo estadual, que tais protestos seriam apenas ações comandadas pelo tráfico de drogas⁴. A partir das entrevistas que realizei e do noticiário da imprensa, percebi que não seria tão fácil assim resolver o problema. Claro que não pretendo fazer uma investigação a propósito de descobrir “quem está falando a verdade”. Mas, tenho a intenção de mostrar a complexidade do objeto neste capítulo, pois não é uma tarefa fácil identificar o foco de onde partem os protestos. Os traficantes participam de determinados protestos, em alguns não são nem mencionados e em outros comandam. Quando constatei esse fato não pude mais ceder a tentação de contradizer o discurso oficial do governo estadual. Mas, também não posso dizer que em todos os casos os protestos não passavam de uma encenação de revolta “orquestrada pelo tráfico”. A indignação dos moradores de áreas pobres com as práticas policiais nestes locais é real e não apenas produto de um plano dos criminosos para afrontar o poder das polícias.

Nas entrevistas que realizei obtive relatos completamente divergentes, em um dos relatos me foi dito que o protesto realizado na comunidade do entrevistado tinha realmente sido planejado por traficantes, o quebra-quebra que ocorreu no entorno da comunidade era apenas uma represália aos policiais, que não teriam cumprido um

⁴ Ver: “Ligações entre motins e o tráfico. Secretário de Justiça acredita que rebeliões possam estar vinculadas aos protestos nos morros” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de maio de 2000.

acordo com os traficantes. Diante disso, os traficantes obrigaram os moradores a saírem de suas casas e provocar o tumulto nas ruas do bairro para pressionar os policiais. Como disse um líder comunitário em uma entrevista:

“É aquele negócio, eles batem de porta em porta. Na comunidade a lei é deles, bateram de porta em porta ‘desce, vai pra rua. Protesta, quebra, quebra, faz isso, grita’(...) Se você não for, você sabe quem manda na comunidade. Aí foi obrigado o pessoal da comunidade descer (...) A comunidade encara esses protestos assim: quem pode manda e eles têm que obedecer. Quem não obedece mais tarde tem, o que eles dizem, que merecia. O chefe de família é humilhado na frente da família, ou também pode ser morto, expulso e não tem direito a levar nada. A lei é essa”.

(“André” - líder comunitário)

Segundo “André”, os moradores obedeceram aos traficantes mesmo sendo contra aquele tipo de protesto, pois sabiam que se não obedecessem estariam colocando a sua vida em risco. A afirmação de que existe uma lei ditada pelos criminosos nos dá a noção de como a relação entre esses dois atores pode ser tirânica em algumas favelas da cidade. Para este líder comunitário, protestos do mesmo tipo, mas que ocorreram em outras favelas do Rio de Janeiro, também não são iniciativas da população e nem das associações de moradores, esses protestos seriam realizados apenas quando algum traficante importante, um chefe, fosse assassinado por policiais:

“Quando é um simples trabalhador o protesto ocorre de uma maneira, da maneira pacífica. Agora quando não é trabalhador, ocorre como tá sempre ocorrendo. O povo, a comunidade tem que descer, tem que quebrar. Muita das vezes acontece saques e isso eu dou a definição, como representante de comunidade, que não é feito por liderança, nem pelo querido povo da comunidade. (...) Quando é coisa que acontece com um simples trabalhador, não vai. Por que? Porque o dono da casa tem medo, tem medo do que vai acontecer mais tarde. Agora quando é um membro dos traficantes eles mandam, porque para eles não vai acontecer nada, já tá acontecendo.”

(“André”)

Contrapondo esta visão, em outro relato ouvi que a morte de morador muito querido na comunidade tinha causado a revolta na população dando origem ao protesto.

“Assim que ela foi atingida, muitos ficaram indignados porque ela era uma mulher, (...) ela era uma pessoa muito solícita, muito legal, muito humilde, né. E todos, (...), então todos ficaram muito indignados com esse acontecido. E aí o que acontece, algumas pessoas é... da comunidade, daqui, de lá, vieram revoltos, foram pra beira da pista e começaram a parar os carros. Aí fecharam as estradas (...) Aí começaram a tacar pedra na beira da pista. E até alguns moradores falaram ‘poxa, mais isso poderia se manifestar de outra forma’. Mas, só que a indignação era tanta (...). Aí nisso começaram a tacar pedras pra pista e os policiais de lá da pista começaram a pedir mais reforço mandando tiro pra dentro da comunidade. Aí um monte de policiais ficaram ali na esquina escondidos, alguns assim dentro dos becos e apontando armas pra cá, atirando pro alto, enfim. E aí o que que acontecia, as pessoas elas saíam pegavam pedras, tudo que via pela frente e tacava na pista. E aí ficou nessa coisa, as pessoas daqui tacavam na pista e eles mandavam tiro pra cá. Aí essa manifestação desencadeou outras e foram dias de manifestação. No outro dia teve mais manifestação. Parece que queimaram pneus, foi uma manifestação muito grande, o trânsito estava sendo completamente desviado...”

(“Bianca” – universitária e prestadora de serviços para uma ONG do Rio de Janeiro)

Segundo o relato de “Bianca” a manifestação foi crescendo aos poucos e de acordo com a reação dos policiais responsáveis pela morte da moradora que permaneceram na comunidade. O protesto aconteceu, segundo o relato, sem uma organização ou uma convocação, na medida em que os moradores da “comunidade” eram informados do que havia ocorrido, as pessoas se indignavam e deixavam suas casa indo em direção aos policiais que ali estavam presentes. As agressões teriam começado direcionadas a estes policiais, e conforme eles respondiam atirando para o interior da favela, o protesto ia tomando dimensões maiores. Ela nos conta que o que gerou o protesto foi a morte de uma pessoa que não tinha nenhuma ligação com o tráfico de

drogas, e que os manifestantes estavam realmente indignados com a ação da polícia que resultou naquela morte. Vale ressaltar que “Bianca” pode observar o desenvolvimento do protesto de um ponto privilegiado, a vítima era sua vizinha, morava quase em frente à sua casa, e o protesto começou na esquina de sua rua. Divergindo da visão de “André”, “Bianca” acredita que protestos deste tipo não são ações planejadas por traficantes, e sim resultantes da revolta com a ação da polícia nas áreas pobres da cidade.

“Olha o tráfico não sai de porta em porta batendo pra ninguém sair não. Sai quem quer. Só que determinados casos causam uma revolta, (...) causa uma indignação muito grande e ocasionando este tipo de atitude, né. Que atitudes são essas? Tacar pedra, tacar pedra na polícia, sabe, é, incendeia ônibus, pra fazer com que isso chame atenção de certa forma. Estão vindo aqui, vamos dizer assim, no seio da comunidade, e fazendo este tipo de agressão conosco, com os moradores. Eles se acham, muitos até pessoas de bem, se acham no direito de fazer isso, talvez, pra mostrar, pra chamar a atenção, pra ser ouvido. (...) Porque você tá com medo, porque o policial, geralmente ele entra, ele entra e não quer saber, quem tá na rua, quem deixa de tá, entende, e... Então, eu acho que isso talvez cause essa revolta e faz com que as pessoas ajam de uma forma incosequente, e causando até uma certa denominação pela mídia de vandalismo”.

(“Bianca”)

Aqui, o protesto é pensado de outra forma, as pessoas teriam a intenção de fazer uma denúncia e não estariam preocupadas com as conseqüências, como se as pessoas não agüentassem mais as intervenções policiais. Na linguagem popular, a morte daquela moradora seria a “gota d’água”. Assim como “Bianca”, “Carlos”, o terceiro entrevistado, não acredita que os protestos são liderados por traficantes mesmo em outras comunidades. Essa afirmação seria uma invenção dos governantes por não terem como controlar os protestos, que estavam eclodindo em diversas favelas da cidade.

“Eu acho que realmente é povo que já tá a ponto de explodir. Aqui no Brasil a coisa é bem mais pacífica do que a gente vê aí fora, aí fora você não vê nego falar que é traficante, agora aqui qualquer coisa é o tráfico que comanda. Então acho que não é por aí não. Eles falaram isso mesmo porque eles não tinham como parar esse tipo de protesto, se eles chegassem ali com violência eles iam matar uma série de trabalhadores (“Carlos” – Presidente de Bloco Afro)

Nesta entrevista o motivo dado para o protesto não foi uma relação de medo e revolta com a polícia, como disse “Bianca”, mas as condições de vida na favela. A ação policial que causou a morte de um morador menor de idade seria o estopim para a eclosão de uma revolta que tem suas origens na privação de recursos materiais em que vivem. A vida na favela já seria, em todos os aspectos, um fator de opressão e revolta. Os moradores que já viveriam numa tensão constante, “com a corda no pescoço”, não teriam admitido mais um ato de opressão. A idéia de explosão, estopim, a “gota d’água” também é passada neste relato.

“Tem coisa que vai afetando, afetando até a mente da pessoa. Então quer dizer, então você não tem emprego, não tem onde morar direito, a sua casa não tem esgoto. Então você fica meio que acuado ali dentro daquele local. Então a gente vive a beira do caos, a gente vive assim, com a corda no pescoço. Então qualquer coisa que faça um pouco a mais, tipo assim, pra invadir a privacidade, pra tumultuar a comunidade. As pessoas se junta mesmo, não tem um grupo específico pra fazer... é como se fosse uma explosão, vai de um, de outro. (...) A pessoa já mora mal, já come mal, a pessoa não tem emprego, a educação já é precária, ta entendendo? Tudo de ruim acontece nas favelas. Então quando acontece mais um negócio desse, do direito à vida, as pessoas é como se fosse um estopim, acende um estopim ali e explode, entendeu? Então é complicado, viver em comunidade carente é complicado”.

(“Carlos”)

Nesses três relatos podemos perceber que o modo como os entrevistados percebem este tipo de evento varia de acordo com aquilo que cada um vivenciou em sua “comunidade”. Se, “André” acredita que protestos do mesmo tipo ocorridos na cidade

foram manipulados pelos traficantes, é porque a manifestação que aconteceu em sua “comunidade” partiu dos traficantes. Do mesmo modo, “Carlos” e “Bianca” acreditam que os traficantes não são os personagens principais destas ações, os protestos, nos dois relatos, assumem um caráter de espontaneidade. A relação dos moradores com os policiais também não é relatada por “Carlos” como uma relação de medo ou desrespeito, assim como relatam “Bianca” e “André”. Abaixo transcrevo as observações dos três entrevistados sobre o trabalho policial realizado nas suas comunidades quando indaguei sobre as relações dos policiais com os moradores da favela.

“Entre os moradores e os policiais não tem relação, tá? E nem pode haver. Porque veja bem, os policiais só acham de entrar na comunidade..., eles têm que fazer o serviço deles, não sou contra. Mas, 7 horas da manhã, na hora que trabalhador tá descendo pra trabalhar, tá. Meio dia, na hora que as crianças tá indo pra escola, tá vindo da escola. E 4, 5 horas da tarde na hora que tá subindo trabalhador e subindo criança... isso é frequentemente. E eles diz: “não me importa, não me importa quem seja, eu vou atirar pra depois conferir” E eles barbarizam, entendeu? Bate no morador que não tem nada a ver. Bate pra pessoa entrar pra dentro. Bate na cara. Pô, o cidadão chefe de família não quer ser esculachado como eles esculacham, dando tapa na cara, dizendo que vai matar. É isso que tá acontecendo, então, não tem relação. A relação do morador com a polícia é de ódio. O morador tá ficando revoltado e em silêncio.”

(“André”)

“Bom, muitos sabem que a polícia tem suas famílias e são ser humanos como a gente. Muitos têm essa noção. Mas a imagem de um polícia em uma comunidade, ele já entra sendo olhado torto. Muitas vezes, a gente nem cumprimenta porque pode ser visto como conivente, né, ou então você é x-9 e tal. Então, eu acho que o policial já entra na comunidade, sabendo que ele já não é bem visto, é odiado. As crianças já crescem sendo ensinadas que policial não é direito, é um homem mal. E eu acho que a comunidade ela vê o policial assim. O policial como o achacador. Outra coisa é política do Garotinho, a política de segurança de colocar PATAMO em frente às comunidades. Eu acho que isso daí é uma opressão, por que? A polícia tá ali de fantoche. O tráfico tá traficando dentro da comunidade, aquilo ali é só uma maquiagem pra inglês ver. A polícia até coíbe um pouco sim o tráfico, os traficantes ficam exclusivos. O que acontece com isso? A gente fica entregue as baratas. Porque infelizmente ou felizmente o poder paralelo ele protege

a gente, de uma certa forma protege. Policial ali não protege de jeito nenhum porque se acontece alguma coisa o policial tá pouco se lixando pra gente. Então eu acho que o policial não é visto como uma segurança, pelo contrário. O policial é visto com muito medo dentro de uma comunidade”.

(“Bianca”)

“Não tem uma relação amistosa [com os policiais], nem também uma relação ruim. Eles vêm, faz a operação deles, vão embora e tudo bem. Teve até um certo tempo atrás que eles tavam entrando nas casas, essa última levada antes de prenderem esses caras aí... Eles tavam vindo aí, entrou aqui na minha casa uma duas vezes, mas eles vêm com mandado. Eles vieram na boa, não invadiram, bateram na porta, chamaram, foram educados, não foram chegando invadindo. Conversaram, trocaram uma idéia... a relação não é uma relação amistosa, mas também não é que a gente possa falar que é ruim.”

(“Carlos”)

“André” descreve a atuação policial usando termos fortes e de denúncia, dizer, por exemplo, que os policiais “barbarizam” ao entrar na favela faz uma oposição a termos com civilidade e educação, ou seja, não há uma relação de respeito com os moradores daquela área. “Barbarizar” ao entrar na favela também pode significar que fora daquele ambiente os policiais se comportem de outra forma, mas estando naquele ambiente passam a não dar importância para as regras de convivência. O termo “esculacho” também reafirma a idéia de desrespeito, “esculachar” significa ultrapassar um limite, abusar da autoridade. Se o policial tem que revistar um morador, isso deve ser feito respeitando a sua integridade física e moral, a partir do momento que o policial bate ou humilha o morador, ele está ultrapassando os limites do que lhe é permitido, ele está “esculachando”. No relato de “Bianca”, é ressaltado como aspectos negativos do trabalho policial a corrupção, expressa no termo “achacador”, e a ineficiência no combate aos criminosos. Uma boa relação com os policiais também seria impossibilitada pelo clima de desconfiança existente na favela, o morador teria medo de até mesmo cumprimentar um policial pela possibilidade de ser visto como um delator

pelos membros do tráfico. As palavras ódio e medo também são usadas para definir a relação. Já no depoimento de “Carlos”, a presença do policial na favela em que mora não é descrita nos mesmos termos. Existiria uma relação de respeito com os policiais, esses atuariam em sua “comunidade” dentro do limite da legalidade e com uma atitude de respeito e cordialidade. As expressões “vieram na boa” e “trocaram uma idéia” dão a conotação de cordialidade.

A partir destes relatos vemos o quanto não é uma tarefa fácil classificar os protestos que estamos analisando e suas origens. Pois, como eu poderia dizer quais casos foram ações do tráfico de drogas como forma de afrontar a polícia e quais casos são manifestações da revolta da população sem a realização de um bom número de entrevistas? Como dizer que as revoltas são fruto de uma relação de opressão entre moradores de áreas pobres e policiais, se em entrevistas tive três relatos diferentes dessa relação? No primeiro contato com o objeto a hipótese levantada era que os moradores das favelas do Rio de Janeiro não suportavam mais a opressão sofrida pela presença constante de policiais nas proximidades de suas casas. Os protestos seriam uma forma de serem ouvidos pelo restante da sociedade. Recorria desta forma a tese do “grito do excluído”, mencionada na introdução deste trabalho. Mas, ao me aproximar do objeto percebi que não seria tão simples compreendê-lo, as relações entre traficantes, policiais e os moradores das favelas apresentam variações de localidade para localidade. A comunidade de “André” foi descrita (descrita porque ele preferiu que eu não fosse até a comunidade) como uma comunidade “pré-histórica” (em suas próprias palavras), onde não havia qualquer ação do governo e nem de organizações não governamentais no sentido de trazer melhorias para o lugar. Lá não existiria saneamento básico algum, iluminação pública, escolas, nem nenhum tipo de serviço provido pelo Estado ou outras entidades, diferente das comunidades de “Carlos” e “Bianca”. Para “André” são

“comunidades” mais expostas na mídia e por isso há o interesse de investir nestas comunidades, pois traria uma maior repercussão. Penso então, que realidades diferentes não podem ter o mesmo efeito, ou seja, os protestos, mesmo com todas as delimitações feitas, continuam formando um objeto bastante heterogêneo. Assim, os protestos não poderiam ser causados exatamente da mesma forma. É claro que, ao selecionar apenas os protestos que faziam algum tipo de reivindicação em relação à ação policial dentro das comunidades, tentei isolar uma variável, tentei relacionar os protestos com a ação da polícia. Não que os meus esforços tenham sido em vão, uma vez que a relação dos moradores com a polícia se mostrou um fator importante para entender as revoltas. Mas o caminho que cada protesto percorreu é composto por outras variáveis, que talvez só uma análise mais esmiuçada talvez poderia responder.

Na tentativa de entender melhor o objeto, também não pude contar com uma extensa produção acadêmica sobre o assunto, pois somente um único trabalho se propõe a analisar este evento. A pesquisa realizada pela socióloga Patrícia Rivero, tende a optar pela versão de que são os traficantes os responsáveis pelos protestos.

“É difícil acreditar que os moradores possam desenvolver ações que caminham contra seus próprios interesses, até da própria vida. Resultado mais realista é pensar que esse tipo de ato está relacionado a guerras entre facções do tráfico que estão tomando conta da cidade do Rio de Janeiro desde o ano de 1980.” (RIVERO, 2003, P.01)

Apesar desta afirmação não ser conclusiva, e, na conclusão do trabalho, serem levantadas causas como a desintegração do tecido social, naturalização da violência, descrença no Estado para uso da violência na resolução dos conflitos, ela é a vertente do trabalho. Em determinado ponto, por exemplo, a pesquisadora sobrepõe as principais áreas de disputa do narcotráfico, as áreas onde se tem um alto índice de mortalidade por arma de fogo e as áreas de risco do evento, denominado no trabalho de “oi” – ônibus

incendiado. Relacionando estes três fatores, Rivero chega então, a duas hipóteses: os ônibus podem estar sendo queimados como uma demonstração de força entre as facções ou perante a polícia, ou os ônibus estão sendo queimados em locais onde o Estado não está presente, só na sua forma repressiva. Como, nas entrevistas que fiz me deparei com versões totalmente diferentes; o que não significa que um dos entrevistados esteja mentindo, mas somente que as favelas do Rio de Janeiro tenham realidades diferentes no que diz respeito à relação com os traficantes e com os policiais; suponho que nem todas as favelas “sofrem” com a ausência do Estado ou com a sua presença em forma de repressão da mesma forma. E esse fator deve ser levado em consideração na tentativa de classificar o objeto, o que o trabalho de Rivero não faz, nele, as favelas do Rio de Janeiro aparecem como algo homogêneo.

Em dois outros trabalhos acadêmicos encontrei referências sobre esse tipo de protesto. No primeiro trabalho é relatada uma ordem dos traficantes para que os moradores da favela fizessem uma manifestação em uma via importante da cidade. “Certa vez, no fim da década de 1980, o chefe do tráfico ordenou que a avenida Brasil fosse fechada; quem não participasse da ”manifestação” seria morto. A população compareceu em massa.” (ALVITO, *op. cit.*, p. 152). O outro trabalho nos relata que um líder comunitário foi assassinado após fazer denunciar policiais por corrupção. A população então, teria ido as ruas para denunciar aquele assassinato em que os principais suspeitos eram policiais. “Mil favelados ocuparam a rua São Clemente, onde enfrentaram a polícia em violenta manifestação. A população denunciou como autores do crime policiais militares lotados no posto policial na favela.” (PERALVA, *op. cit.*, p. 109) Obviamente existiram casos que foram os traficantes que ordenaram os protestos e que a população é “refém, vítima e ao mesmo tempo partícipe”, mas isso não me leva a concluir que em todos os casos haja uma manipulação por parte dos criminosos e nem

que todas as comunidades pobres em que houve protesto a relação com o tráfico de drogas seja tirânica a este ponto. Assim, considero que o trabalho de Rivero não leva em consideração as peculiaridades que envolvem o objeto.

Outros dois pontos do trabalho de Rivero merecem ser destacados. O primeiro é que só foram analisados os protestos em que ocorreu queima de ônibus, protestos com as mesmas características, mas que foram depredados outros bens materiais, ou que ainda não houve depredações, mas somente barricadas nas ruas, não fizeram parte do universo da pesquisa. E por outro lado, fatos como os ocorridos nos dias 11 e 30 de setembro de 2001, mesmo não tendo conotação de protesto, entram na análise. Assim, fazendo uma análise geral de protestos a partir de dados estatísticos e reportagens de jornais e sem buscar isolar os casos por características como a motivação, fica praticamente impossível entender como essas revoltas se espalham pelo Rio de Janeiro e do que se trata realmente. Por isso, dei um passo pouco ambicioso neste trabalho, mas que penso ser útil na tentativa de entender os protestos. Se, considero tão difícil uma classificação desse objeto sem uma análise profunda, é porque acredito que somente uma inserção na realidade de pelo uma boa amostra de favelas onde ocorreu protesto poderia permitir conclusões mais gerais. Tento aqui entender ao menos como esses protestos são passados para a população em geral e quais os caminhos que a imprensa percorre para legitimar ou não estes protestos e é o que veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3:

PROTESTOS OU VANDALISMO?

O título do capítulo, ou da própria dissertação, poderia sugerir ao leitor que o trabalho se propõe a responder esta questão optando por uma das duas categorias. Na verdade essa seria uma tarefa bastante difícil, e se realmente essa fosse a proposta do trabalho poderíamos estar confundindo a pesquisa com uma espécie de investigação policial. Na verdade o que podemos observar é uma disputa de “verdades”, isto é, de representações justificadoras ou acusadoras do evento. As palavras “protesto” (que é um movimento social geralmente legítimo, quando não ultrapassa os limites da lei), “revolta” (que é um movimento social cuja legitimidade é disputada, uns defendendo outros atacando, e que geralmente ultrapassa os limites da lei) e “vandalismo” (que é uma ação criminalizada no Código Penal, sem qualquer legitimidade e que é consensualmente acusada como criminal), são usadas de acordo com a intenção de defender ou acusar a ação. A imprensa carioca, por sua vez, também não deu um “veredicto” final sobre o assunto, se alguns casos são tratados como uma ação de criminosos ligados ao tráfico de drogas, em outros esta ligação não é citada uma única vez. Contudo, as abordagens ao tema não deixam de dar uma conotação negativa aos protestos na maioria dos casos.

3.1 Disseminação do medo e negação da violência

Dos cinco protestos escolhidos para análise, Mangueira, Copacabana, São Carlos, Complexo do Alemão e Cidade de Deus, apenas o último não recebeu uma

conotação negativa da imprensa. O enfoque das reportagens, neste caso, se direcionava às denúncias de extorsão contra policiais militares do GETAM (Grupamento Especial Tático Móvel), desencadeadas após a manifestação. Nos outros protestos a imprensa deu preferência em relatar os transtornos causados pelos protestos, apresentando os fatos de forma negativa.

As palavras “tumulto”, “pânico”, “guerra”, “medo” e “baderna” foram das mais utilizadas para noticiar as manifestações. Grande parte das reportagens usava pelo menos uma dessas palavras em seus títulos:

“*Guerra* em Copacabana. 5 mortos.”¹

“*Pânico* em Copacabana.”²

“Revolta por ordem do tráfico. Moradores dos morros do Querosene, de São Carlos e da Coroa *infernizam* três bairros para protestar contra sumiços de bandido.”³

“Sai plano de segurança em dia de *guerra* no Rio.”⁴

“*Inferno* no Morro do Alemão.”⁵

“Dia de *fúria* e protestos.”⁶

(grifos meus)

As manchetes acima são alguns exemplos da forma como os protestos foram tratados pela imprensa carioca. As palavras grifadas mostram como apenas a chamada das reportagens já podem dar um tom negativo ao assunto que será abordado. Além disso, os termos como “pânico” e “inferno”, por exemplo, tem como objetivo atrair a atenção do público para o jornal, principalmente quando se trata de uma manchete

¹ **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 16 de maio de 2000. P. 01

² **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 16 de maio de 2000. P. 15

³ **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2002. P. 10

⁴ **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2002. P.02

⁵ **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2002. P. 08

⁶ **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2002.

publicada na primeira página do jornal. Esta “estratégia” estaria baseada na sedução que os assuntos ligados à violência exerce sobre boa parte do público, o uso de termos que remetem de uma forma direta à idéia de violência seria mais uma forma de atrair a atenção dos leitores. Outro ponto importante, é que as reportagens que traziam palavras que remetiam à idéia de violência e medo foram encontradas com mais freqüência no jornal *O Dia*, do que no *O Globo*, fato que deve estar ligado ao perfil dos dois jornais. Como já ressaltai, o jornal *O Dia* dá uma ênfase maior aos assuntos ligados à violência urbana, trazendo diariamente em suas edições uma seção dedicada exclusivamente ao assunto. Mesmo assim, as diferenças entre os dois jornais não são extremas. Mas, além de atrair a atenção dos leitores para o jornal, estas manchetes já trazem nelas mesmas uma avaliação do fato, e esta avaliação, nos exemplos acima e em outros casos, é majoritariamente negativa. A pergunta que faço aqui é: a partir de que crenças os protestos que recorrem ao uso da violência são tratados como uma anomia? A maior parte das reportagens sobre o assunto consideram que este tipo de protestos não seriam formas legítimas de reivindicação de direitos, e suponho que por este motivo, os protestos sejam o principal foco da reportagem, deixando de lado aquilo que está sendo reivindicado. Dessa forma, surge mais uma questão, aonde residiria este repúdio aos protestos?

Uma resposta fácil de ser encontrada na imprensa, e que não deixa de ser correta, é a de que os danos materiais e os transtornos causados por estes protestos são os principais fatores de incomodo para a população em geral. Como podemos ver nos exemplos abaixo:

“O comércio nas imediações da favela, na Sá Ferreira e na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, fechou as portas cedo: por volta das 16h, quando moradores do Pavão-Pavãozinho começaram a arremessar latões de lixo do *morro para o asfalto* (...) O

motorista Luiz Darc, (...) também tentava chegar em casa. Morador do Pavão-Pavãozinho, ele denunciou que *a PM tem matado pessoas sem envolvimento com tráfico. (...) Desesperadas*, as pessoas se abrigavam nas portarias dos prédios (...) O *Pânico* recomeçava todas as vezes que os moradores das favelas voltavam a chutar portas das lojas e a lançar pedras na Avenida Nossa Senhora de Copacabana.”⁷

“No início da tarde PMs subiram o morro do Cantagalo e trocaram tiros com traficantes. Cinco rapazes morreram e um menor ficou ferido. Foi a senha para o *conflito descer para o asfalto*, fechando duas das mais movimentadas vias do bairro, a Raul Pompéia e a Nossa Senhora de Copacabana. *Ônibus apedrejados, caixotes queimados no meio da rua, carros particulares atacados e o comércio a fechar* levaram *pânico* aos moradores do bairro e de Ipanema. Polícia garante que *os mortos eram todos traficantes*.”⁸

(Grifos meus)

Estes dois trechos retirados de reportagens sobre o protesto ocorrido em Copacabana dos jornais *O Globo* e *O Dia*, respectivamente, trazem fatos importantes a serem analisados. O primeiro, é que os transtornos causados à população que mora no entorno das favelas de onde partiu o protesto são os fatos centrais das narrativas. As dificuldades de se chegar em casa, os bens depredados pelos manifestantes, o pânico que toma conta da população, tudo isso dá o fio condutor dos textos. Os textos acima são apenas alguns exemplos, mas em outras reportagens estes temas também estão no centro da notícia, ou seja, são os fatos mais importantes⁹. Em grande parte das

⁷“Pânico em Copacabana.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 16 de maio de 2000. P.15

⁸“Guerra em Copacabana.” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 16 de maio de 2000. P.01

⁹Ver outros exemplos: “Mais confrontos em favelas. Moradores de morros da Ilha e em Pilares fecham ruas e um ônibus é apedrejado.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 24 de maio de 2000. P.14

“Guerra no asfalto: comerciantes, com medo de taques, se traçam dentro das lojas durante a ação dos bandidos. Um supermercado foi saqueado e uma padaria apedrejada durante tumulto que deixou três bairros em pânico.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2002. P. 14

reportagens sobre os cinco protestos que estamos analisando têm-se uma ênfase na quantidade de bens depredados durante os protestos, muitas vezes estas listagens aparecem na manchete do jornal, e há uma ênfase também no medo gerado pelo protesto. O segundo dado importante que os textos trazem é a separação usada nas reportagens entre “morro” e “asfalto”, essa divisão nos dá a impressão de que os conflitos pertencem ao “morro”, aos moradores de favela. Somando estes dois elementos, as imagens da violência narradas de forma virulenta e a separação entre morro e asfalto, reafirma-se o antigo medo da “multidão anônima e incontrolável” capaz de subverter a ordem que já se encontrava na Europa do século XVIII. (DELUMEAU, 1989) Além disso, reacende-se o mito das “classes perigosas”, agora voltado para as populações moradoras de favelas. Lança-se um estigma sobre as classes populares, construindo um espelho: “pobre, perigoso, criminoso”. (ZALUAR, 1985) Sabemos que a imprensa não cria os fatos violentos, mas colabora para a formação de estereótipos e difusão do medo. “As estatísticas de criminalidade urbana violenta, a insegurança generalizada em medos e fobias sociais, (...) são aspectos reais da vida nas cidades. Entretanto, o mais importante no campo do reconhecimento público desta problemática, tem sido o papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa. Não há como negar o peso e o poder socializador que a mídia assume nas sociedades modernas.” (NETO, 1995, p.419)

Outro fato que chamou a atenção nos dois textos, mas que também aparece em outros¹⁰, é a justificativa dada para a ação da polícia, ou para os protestos, de que os

“Protestos fecha a Linha Vermelha cinco vezes. Moradores e traficantes da Vila do João incendiam 3 ônibus e levam pânico às principais vias da cidade.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2002. P. 22

“Fechamento de vias preocupa turismo. Associações de agentes de viagens pedem providências à governadora.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2002. P.21

¹⁰ Ver outros exemplos: “Os policiais invadiram minha casa atrás dos traficantes e mataram meu filho, que nunca usou drogas na vida. (...) Agora eles querem o sangue dos inocentes?” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1999. P. 16

mortos eram ou não traficantes, dependendo do que se queria justificar. Nota-se que o texto do jornal *O Dia* não diz que as pessoas foram mortas durante confronto, mas apenas que eram traficantes. E na verdade, os próprios manifestantes disseram que as vítimas seriam traficantes, mas que não haviam sido mortas em combate, e sim numa ação de extermínio. O texto do *O Globo* também acaba legitimando a possível morte de traficantes, pois um morador que não participava do protesto e, portanto não devia saber o motivo da reivindicação, faz uma denúncia que acaba corroborando com a visão de que o criminoso pode ter a sua sentença de morte decretada pela polícia. As frases “a polícia tem matado pessoas sem envolvimento com tráfico” e a “a polícia garante que todos os mortos eram traficantes”, mesmo sendo a primeira como uma denúncia contra os policiais e a segunda uma defesa dos mesmos, expressam a mesma idéia de que bandido deve ou pode morrer. Ou seja, não merecem ser julgados, nem punidos, de acordo com a justiça formal do país. Essa idéia de que os criminosos não devem ser tratados como cidadãos é partilhada por uma significativa parcela da população carioca, como atesta os dados da pesquisa “Lei, Justiça e Cidadania” feita pela Fundação Getúlio Vargas e pelo ISER, entre 1995 e 1996. Perguntados se os bandidos deveriam ter seus direitos desrespeitados por não respeitarem os dos outros, 63,4% da população do Rio de Janeiro respondeu que concorda totalmente com esta afirmação. “Quando setenta por cento da população de uma das maiores áreas urbanas do país afirma que concorda ou tende a concordar que os bandidos ‘não devem ter seus direitos respeitados’, é evidente que instalou-se (ou consolidou-se) um tipo de demanda de incriminação que incorpora, na sua contra-violência afirmada, um *poder de definição* da violência que *não exige as mediações estatais* da incriminação moderna.” (MISSE, 1999)

“Calmo e preocupado só com estudo.” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2002. P. 08

“Meu filho era um menino do bem.” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 01 de maio de 2002. P.10

Além destas questões, observando os textos jornalísticos (incluindo editoriais) e as cartas enviadas às redações dos jornais, percebe-se que a indignação que tantas vezes os protestos suscitam, tanto nos jornalistas quanto nos leitores, está ligada ao fato de um repúdio da sociedade atual ao uso da violência na resolução dos conflitos, não que a violência só seja usada neste tipo de conflito. Assiste-se hoje no Rio de Janeiro diversos fatos que mostram como uso da violência é recorrente em diversas situações. Para exemplificar, basta citar as brigas entre jovens de classe média (os apelidados de “pitboys”) nas casas noturnas da zona sul da cidade, essas brigas se tornaram alvo de debates e reportagens nos meses de março e abril de 2004, e a indignação com esses fatos não deixam de ter o mesmo “entusiasmo” do que a indignação com os protestos violentos.¹¹ Como já dito, os fatos violentos exercem uma sedução aos leitores de jornais, ajudando na venda dos mesmos, mas, ao mesmo tempo, transportado para a “realidade”, se torna um fato que merece repúdio. Os leitores que podem se sentir atraídos por uma notícia que trate de atos de violência, podem ser os mesmos que repudiam o fato em si e escrevem para as redações dos jornais cartas indignadas. Abaixo transcrevo alguns trechos de reportagens, editoriais e cartas que manifestam uma certa aversão aos protestos, exatamente pelo uso que fazem da violência.

“A violência dos protestos, no entanto, irritou o governador, que prometeu *rigor* para combater este tipo de manifestação.”¹²

“As populações massacradas pela violência pensam que suas indignações só serão compreendidas pelo governo, se partirem para *atos de terrorismo urbano*.”¹³

¹¹ Ver: “Advogado pedirá relaxamento de prisão de pitboy” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 07 de abril de 2004. P.15

¹² “Garotinho se desculpa por ação policial.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1999. P. 30

¹³ “Editorial” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1999. P.12

“Assunto da Semana: A manchete ‘Moradores de favela fecham ruas e param Copacabana’, do dia 16, foi a que mais chamou a atenção de 54% dos entrevistados pela pesquisa dos leitores. (...)”¹⁴

“Violência Real. O clima de *guerra civil* que se fez presente ontem no Estácio, no Catumbi e no Rio Comprido é uma síntese completa do *caos* que impera na segurança pública do Rio de do país.”¹⁵

“Os inocentes mortos na guerra. Certo dia um velho general disse: ‘Na guerra e na paz morrem culpados e inocentes.’ E é isto que a população precisa saber, pois toda as vezes que a polícia faz uma incursão em morro ou favela, e são baleados inocentes, a culpa é sempre da polícia. (...) E por conta disso queima ônibus, formam barricadas, hospitais são invadidos. (...) Quando morre um policial, a família (...) não vão até a favela e queimam os barracos. (...)”¹⁶

(grifos meus)

Estes trechos são alguns entre tantos que condenam os protestos por fazerem uso da violência. Mas, além dos danos materiais e transtornos causados por tais atos, onde residiria a repulsa pelo uso da violência na resolução de conflitos na sociedade atual? Norbert Elias, (ELIAS, 1993) ao estudar o processo civilizador do ocidente, conclui que a partir da formação dos Estados nacionais, e com o monopólio da tributação e o subsequente monopólio da força física pelo Estado, o uso da violência física passa a ser excluído das relações sociais. As ações no desenvolvimento da civilização ocidental passaram a cada vez mais seguir normas de conduta, e não mais as pulsões dos

¹⁴ “O leitor no Globo.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 21 de maio de 2000. P. 06

¹⁵ “Editorial” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2002. P. 06

¹⁶ “Cartas na mesa” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 03 de maio de 2002. P.06

indivíduos “A estrutura diferente da sociedade punia agora, com ruína inapelável, as explosões e ações emocionais destituídas de um apropriado poder de previsão. E todos os que discordassem do estado de coisas vigentes, da onipotência do rei, teriam que mudar seus costumes.” (ELIAS, *op. cit.*, p.233). Ao mesmo tempo foi estabelecido um mecanismo social no qual estas limitações se transformam em autolimitações, conscientes ou não. Esse seria, segundo Elias, um processo civilizador individual, ou seja, o “campo de batalha” foi transferido para o indivíduo, as paixões e tensões que antes eram liberadas em uma luta contra o outro, são elaboradas agora no interior do ser humano. Dessa forma, as ações humanas tornaram-se também mais “racionais” e mais previsíveis. Esta racionalização da conduta é a modulação da “economia das pulsões” que chamamos de “vergonha” ou “repugnância”. Sentimentos que agem, não só nas relações sociais, mas dentro também dos indivíduos impulsionando-os para um autocontrole. Assim, os indivíduos na sociedade atual consideram que a violência física não deve estar presente nas relações sociais. Mas, como argumenta o próprio Elias, mesmo com o desenvolvimento de uma sociedade “civilizada”, ainda há espaço para o medo das “potências externas”, mesmo que a sociedade seja encarada como um lugar mais seguro. Atualmente, na cidade do Rio de Janeiro o medo exterior pode estar se sobressaindo aos medos internos como a “vergonha”. Mas, ainda assim, a resposta da sociedade em geral, representada aqui pela imprensa, é uma negação do uso da violência física no âmbito das relações sociais, exceto nos casos em que se defende o uso da força pelo Estado, reafirmando o monopólio da violência por este.

Os textos destacados trazem esta idéia de que a força não deve ser usada nas resoluções de conflitos, tanto os jornalistas, quanto os leitores acreditam que os atos perpetrados pelos manifestantes devem ser contidos pelo Estado. Os protestos são descritos reforçando a imagem de que produzem um caos na sociedade, de que são

fatores que contribuem para a desordem pública. Isto porque o caráter de imprevisibilidade de tais protestos além de causar medo na população, desestrutura a vida cotidiana da cidade, criando um forte sentimento de negação em relação a esses atos. A sociedade “civilizada” tende a diminuir os perigos externos para seus indivíduos, e recusa atos, que como estes protestos, possam representar mais um perigo, um perigo inesperado. É por esse motivo talvez, que encontramos em alguns textos jornalísticos expressões como “barbárie”, “inferno”, “vandalismo”, “caos”, “terrorismo”, expressões que se opõem à idéia de “civilidade”.

Os protestos também são um desafio ao poder do Estado, a partir do momento em que “usurpa” deste o monopólio da violência física, monopólio que, de acordo com Elias, está na base da formação dos Estados Nacionais. Desta forma, os discursos da imprensa e dos leitores rejeitando o uso da violência fazem parte de uma “economia de discursos de verdade”, que é, no entanto, necessária ao exercício do poder. Esta verdade, expressa nas normas de direito, legitima o exercício do poder. “Somos julgados, condenados, classificados, obrigado a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver e morrer em função dos discursos de verdade que trazem consigo efeitos específicos de poder.” (FOUCAULT, 2003, p. 180) Contudo, o poder não está concentrado nas mãos de alguns e nem se realiza sobre o indivíduo, ele passa pelos indivíduos, os indivíduos são centro de transmissão de poder. (FOUCAULT, *op. cit.*) Assim, a imprensa e os leitores que escrevem cartas aos jornais, estão reafirmando o poder do Estado no que diz respeito ao monopólio da força física, pois não aceitam que outros grupos utilizem a violência como meio de atingir seus objetivos. Assim, transmitem uma “verdade” que está na raiz do poder do Estado. De acordo ainda com Foucault, a imprensa desde o século XIX serviu como meio de propagar discursos de verdade, principalmente aqueles em relação à segregação da figura do delinqüente. “Foi

absolutamente necessário constituir o povo como sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, mostrando-os perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas dos crimes.” (FOUCAULT, *op. cit.*, p.133).

3.2 Inimigos Internos

Como já ressaltado, nem todos os protestos foram tratados pela imprensa como atos de vandalismo que partiam de criminosos. E de fato, acredito que nem todos os protestos possam ser tratados da mesma forma. Mas, sendo um assunto tão complexo e delicado, quais os critérios que a imprensa utilizou para fazer tais distinções? Na verdade, estes critérios não ficam claros ao ler as reportagens publicadas sobre o assunto. As fontes das notícias não costumam aparecer nas reportagens, com exceção se a fonte for algum representante do governo estadual. O esforço aqui é “dissecar” essas reportagens, no intuito de compreender como este lado negativo da imagem dos protestos foi construído na imprensa carioca.

Dentre os cinco casos escolhidos, o protesto ocorrido no dia 15 de maio de 1999 no morro da Mangueira foi o primeiro a ser acusado de ser uma ação coordenada por criminosos envolvidos com o tráfico de drogas. No entanto, as primeiras reportagens sobre o caso não traziam a acusação de que aquele protesto seria uma ação dos traficantes para intimidar o Estado. O próprio governo, na figura de seu Subsecretário de Segurança Pública, atestava a legitimidade do protesto na medida que criticava a ação da polícia civil naquele local. Contudo, nos dias seguintes no Morro da Coroa

(Santa Tereza) e na Cidade de Deus (Jacarepaguá) ocorreram protestos do mesmo tipo, com fechamento de ruas e depredação de veículos. Estes fatos, ao meu ver, tiveram uma grande influência na mudança de postura do governo, pois faziam com que o acontecimento da Mangueira deixasse de ser um evento isolado e também porque atingiram pontos de grande visibilidade, como o Túnel Santa Bárbara, que é uma via de extrema importância para a cidade.

No dia 17 de maio de 1999, o jornal *O Dia* apresenta uma reportagem em que aparece, já no título da matéria a acusação de que o tráfico seria responsável pelo protesto na Mangueira e nos outros protestos que se seguiram naquele mês. As palavras que nesta reportagem são usadas para se remeter aos protestos estão de acordo com a versão do governo estadual. Palavras como “baderna”, “tumulto”, e expressões como “espalhar o pânico”, dão o tom da reportagem, como podemos ver neste trecho:

“Secretário de Segurança avisa que protestos violentos, como o do túnel Santa Bárbara serão reprimidos à força. A cada *baderna*, o governo responderá com a força da polícia. O aviso foi dado pelo secretário de Segurança Pública, coronel Josias Quintal, após três *tumultos* seguidos, nos quais moradores de três favelas fecharam o trânsito, incendiaram veículos e *espalharam o pânico* pelas ruas”.¹⁷

(grifos meus)

Na mesma reportagem o secretário diz que quer identificar os líderes de cada protesto e quer punição, as manifestações seriam, segundo o secretário, uma reação do tráfico que estaria acuado com as ações da polícia. Esta acusação não é discutida na reportagem, nem confrontada com outros depoimentos. A família de uma das vítimas que foi entrevistada para a reportagem também não foi questionada sobre essa acusação.

¹⁷ “Estado culpa tráfico por baderna.” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1999. P.14

Na reportagem, a família apenas se defende da acusação da vítima pertencer ao tráfico de drogas, mas sobre o protesto tem-se apenas a palavra do secretário estadual.

Em reportagem publicada no dia seguinte os termos usados pelo governo estadual também são utilizados para definir os protestos. No título a palavra “baderna” define os atos de protestos: “Garotinho promete rigor contra baderna”.¹⁸ A reportagem relata uma reunião entre a cúpula de segurança pública, que foi motivada pelos “protestos violentos” ocorridos naquele mês. Na mesma página há uma acusação da companheira do avô da vítima da Mangueira de que o protesto teria partido dos traficantes, já que a vítima pertencia ao tráfico. Apesar deste ser o único argumento da testemunha, o pertencimento do jovem morto ao tráfico de drogas, outros atores não são questionados quanto a esta acusação. Na mesma edição, na página 12, foi publicado junto com um editorial que trata do assunto, uma charge do então governador do Estado usando uma camiseta por debaixo do terno com os dizeres: “foi mal”, ironizando a atitude do governador de pedir desculpa pela morte do rapaz aos moradores da Mangueira. E mais abaixo, em uma seção denominada “frases do dia”, têm-se em destaque a foto do secretário de Segurança Pública, com a seguinte frase, que comentava o protesto no Morro da Coroa: “Foi uma ação do tráfico de droga, querendo intimidar o governo”. A edição do jornal traz então, na mesma página, além do texto editorial, dois outros apelos, de certa forma, visuais, enfatizando a acusação. Desta forma, acaba prevalecendo esta versão dos fatos, versão que está basicamente apoiada no discurso do governo estadual. No dia 19 de maio, o jornal *O Dia* traz em suas páginas policiais uma nova reportagem com a mulher que fez a acusação descrita anteriormente dizendo, desta vez, que estava sendo ameaçada pelo irmão do rapaz morto, que seria traficante na Mangueira.

¹⁸ **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1999.

O Jornal *O Globo* acompanha os acontecimentos de forma não muito diferente do jornal *O Dia*. As primeiras reportagens que narram o protesto na Mangueira também não fazem acusação de que seria uma ação ligada ao tráfico de drogas local. No entanto, com o desenrolar dos acontecimentos, o discurso do governo muda e o jornal acompanha este discurso. Na reportagem de 18 de maio de 1999 aparece a acusação de que os traficantes seriam os responsáveis pelos protestos. No trecho abaixo vemos que não há, na reportagem, o cuidado de desconstruir o que está sendo dito pelo governo, assume-se que os protestos são badernas promovidas por traficantes e a discussão se encerra.

“O secretário estadual de Segurança Pública, coronel Josias Quintal, disse que as investigações serão rigorosas, tanto para apurar denúncias contra maus policiais, como também para badernas promovidas por traficantes”.¹⁹

Contudo, a denúncia feita pela moradora da Mangueira, teve uma repercussão que afetou de certa forma negativamente a imagem do governador. Em e-mail enviado ao jornal *O Globo* no dia 17 de maio de 1999, o leitor do jornal critica o governador sugerindo que depois desta denúncia ele deveria pedir desculpas à Polícia por ter “pedido desculpas aos traficantes”, e acrescenta que o ato de culpar os policiais precipitadamente estimularia “o exercício da marginalidade”. No dia 19 de outubro de 1999, cinco meses depois, o pedido desculpas feito pelo governador ainda não havia sido esquecido. Durante o enterro de um cabo da Polícia Militar assassinado por traficantes, a viúva faz uma crítica ao governo estadual que foi publicada no jornal *O Globo* da seguinte forma:

¹⁹ “Secretaria de Segurança recebe nova denúncia sobre violência policial no Rio.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1999. P.16

“O desabafo da viúva do cabo Marco Antonio Balduino de Oliveira, decapitado anteontem por traficantes do Morro do Chapadão, parou o trânsito ontem de manhã na Avenida Automóvel Clube. (...) Ela criticou o governo e foi aplaudida por amigos e parentes (...) - E agora governador? Foi pedir desculpas quando um vagabundo morreu na Mangueira e quando um PM é morto o senhor nem aparece? – indagava Rita”.²⁰

Apesar da imprensa não noticiar a resolução do caso, até aonde pude acompanhar não havia sido comprovada a participação dos traficantes no protesto na Mangueira. Mesmo assim, essa versão acabou prevalecendo.

Nos protestos ocorridos em Copacabana, a acusação de que os traficantes seriam os responsáveis pela “baderna” é a primeira resposta dada pelo governo. A reportagem do Jornal *O Dia* de 16 de maio de 2000 sobre o episódio, traz na manchete a mesma acusação: “Guerra em Copacabana: tráfico obriga moradores de três morros a fechar ruas em protesto”. A possível comoção dos moradores com a morte de seis pessoas de sua “comunidade” não é levantada como hipótese na reportagem, assume-se de antemão que os moradores foram “obrigados” pelos traficantes, como se esses mesmos moradores não pudessem também formar uma opinião sobre a violência policial. Já, o Jornal *O Globo*, não apresenta em suas primeiras reportagens sobre o assunto a presença de traficantes durante o protesto. Contudo, nas reportagens que se sucedem, aparece, em forma de denúncia por parte da Secretaria Estadual de Segurança Pública, o fato de que o tráfico de drogas seria o responsável por tais manifestações. O interessante disso é que esta denúncia soa quase como uma novidade, apesar de já ter sido levantada um ano

²⁰ “Viúva desabafa durante enterro de cabo da PM.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1999. P. 19

antes, durante os protestos na Mangueira, Cidade de Deus e Morro da Coroa. Como podemos ver no trecho abaixo:

“O subsecretário de Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública, coronel Lenine de Freitas, disse que a polícia recebeu informações de que moradores de favela estão sendo obrigados por traficantes a fazerem protesto contra a polícia”.²¹

Nesta reportagem os moradores da “comunidade” que participaram do protesto não são chamados de baderneiros ou vândalos. No entanto, em reportagem no dia 25 de maio os atores que participaram dos possíveis protestos são tratados pelo adjetivo de baderneiros pelo jornal. O mais interessante é observar que apesar dessa acusação não ser um fato novo, e do próprio comandante da PM não ter certeza da participação dos traficantes;²² os jornais, principalmente o jornal *O Dia*, apresenta o fato como uma verdade. E nenhum dos dois jornais apresentou outras versões para os acontecimentos, como, por exemplo, entrevistar um líder comunitário de uma das “comunidades” onde ocorreram manifestações que recorreram ao uso de violência. Outra questão interessante é que, do mesmo modo como ocorreu no caso da Mangueira, o evento em Copacabana foi sucedido por eventos similares em outros pontos da cidade, sem contar com o fato do bairro ser um dos principais “cartões postais” da cidade. Esses fatores acabaram atraindo a atenção de diversos setores da sociedade para o assunto²³ e exigindo uma resposta das autoridades responsáveis. A resposta dada, a acusação da participação de traficantes, não foi, no entanto, uma novidade.

²¹ “Mais confrontos em favelas.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 24 de maio de 2000. P.14

²² “O que nos causa estranheza é que moradores estejam defendendo bandidos. Pela nossa experiência, **deduzimos** que o tráfico esteja por trás disso”. Cel. PM Sérgio da Cruz, Comandante da PMERJ, em depoimento para o jornal O Globo. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 25 de maio de 2000. P.18

²³ “Protesto preocupam a Igreja, que defende diálogo”. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 25 de maio de 2000. P.18 “Presidente quer mudar polícia. Guerra em Copacabana assusta FH”. **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2000. P.01

O protesto que ocorreu em 28 de janeiro de 2002 é o último, dentre os escolhidos para análise, que foi acusado de ser uma ação do tráfico de drogas. Neste dia, os moradores do morro do Querosene ocuparam diversas ruas do Estácio, bairro da zona Norte do Rio de Janeiro com uma manifestação que teve horas de duração. As primeiras reportagens sobre o protesto já traziam a acusação de que seria um ato dos traficantes. A manchete do jornal *O Dia* de 29 de janeiro de 2002 diz: “Revolta por ordem do tráfico. Moradores dos morros do Querosene, de São Carlos e da Coroa infernizam três bairros para protestar contra sumiço de bandido” Só com a análise do título da reportagem, pode-se ver como é encarado este tipo de protesto pelo jornal. Apesar da denúncia feita contra os policiais ser grave, seqüestro e homicídio, a reportagem dá mais atenção aos transtornos causados pelo protesto. Palavras como desordem, violência, pânico aparecem para narrar o episódio. Os prejuízos causados pelo protesto também são listados. Por outro lado, o seqüestro e o homicídio são tratados no título da reportagem como “sumiço de bandido”. Assim, o crime denunciado fica, mais uma vez, como demonstrado no início do capítulo, em segundo plano. Já nas edições seguintes dá-se mais atenção ao crime cometido pelos policiais e denunciado durante a manifestação. O próprio governador do Estado é quem vai a público para manifestar sua indignação perante os fatos:

“O governador Anthony Garotinho ficou indignado com a liberação de seis policiais acusados de participar do seqüestro de Alex André Gomes, o Dedé, 27 anos, soltos nas últimas 48 horas (...) Ele convocou uma reunião com a cúpula da Secretaria de Segurança Pública, no Palácio Guanabara, para discutir os rumos das investigações sobre o caso...”²⁴

²⁴ “A bronca do governador.” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2002. P.8

A reportagem do *O Globo* do dia 29 de janeiro de 2002 traz em seu título também a acusação de que o protesto foi uma ordem de traficantes. “Protesto do tráfico pára três bairros. Desaparecimento de suposto bandido leva moradores a enfrentar PM e depredar veículos”. Contudo, devo registrar que neste protesto ocorreu um fato diferente, algumas pessoas que participaram do protesto estavam armadas, e teriam ameaçado comerciantes do local. Este fato, que não aparece nos outros dois casos apresentados aqui, pode ser considerado um indício da participação de traficantes no protesto. Nos casos da Mangueira e de Copacabana não foi registrado nenhum fato semelhante. Este fato pode então dar uma justificativa ao tratamento dado pela imprensa que o protesto seria uma ação de traficantes, a presença de armas durante as manifestações é considerada um forte indicador da participação de traficantes no protesto.

Na edição do dia 30 de janeiro é anunciada a prisão dos policiais envolvidos com seqüestro do traficante, o pronunciamento do governador é o principal viés da reportagem. O governador promete condenar os PMs culpados, mas diz que não vai mais “tolerar baderna”. Nas falas do secretário de Segurança Pública, “não se pode reclamar um crime praticando outro”, os protestos são encarados como atitudes criminosas. Vemos aqui, que da mesma forma que o jornal *O Dia*, o jornal *O Globo* acompanha o caso de acordo com as respostas dadas pelo governo. A importância da denúncia é dimensionada pela postura do governador perante os fatos, se nas primeiras reportagens os jornais tendiam a se ater somente ao protesto e nos transtornos por ele causado, as reportagens que se seguem dão uma atenção maior à denúncia feita pelo protesto.

Nesta mesma edição do jornal *O Globo* o editorial se dedica ao tema. Nele os moradores de favela são colocados de certa forma como colaboradores dos traficantes, e

a questão da segurança é colocada em cheque ao afirmar que os traficantes têm o controle de determinados territórios. No trecho abaixo, os favelados aparecem apenas como atores que estariam oprimidos entre o tráfico e a polícia, e optariam pelo tráfico.

“A população favelada é a maior vítima do tráfico. É ela que sofre a opressão cotidiana de um regime onde a lei é ditada por facínoras. Como explicar, então, que o favelado pareça estar lutando ao lado dos bandidos? O morador da favela vê-se muitas vezes acuado em sentimentos contraditórios. De um lado uma polícia que não está preparada para a dificuldade da tarefa; (...) que entra na favela de modo truculento; que, em numerosos casos se confunde com própria bandidagem na prática de atos criminosos. Do outro lado, um poder paralelo que, ao mesmo tempo em que aterroriza, oferece ocupação para jovens e velhos, e (...) pratica uma forma de assistência social onde inexistente a ação continuada do poder público”.²⁵

Apesar da acusação de que os favelados são obrigados pelo tráfico a atuar em protesto violentos pela cidade, o trecho acima acaba mostrando uma versão diferente. Os moradores de favelas optariam pelo tráfico por alguns pontos positivos do tráfico (assistência social) e pelos aspectos negativos da polícia, ao mesmo tempo em que denomina os traficantes de facínoras. Neste editorial há, ao meu ver, vários elementos que fazem parte de uma certa “mitologia” do cenário da violência no Rio de Janeiro. São fatos, que não deixam de ter uma certa fundamentação, mas que acabam se generalizando como verdade. Como tentei demonstrar nos dois primeiros capítulos, as relações entre polícia, traficantes e moradores de favelas, não se reproduzem da mesma forma em todas as localidades do Rio de Janeiro. Se em determinada favela há uma relação de clientelismo entre os moradores e favelados, isso pode não se reproduzir em

²⁵ “Entre dois fogos” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2002.

outra, e assim por diante. Este editorial me parece, que tenta tratar de um assunto tão complexo utilizando alguns fatos que já “caíram nas graças” do senso comum, e dando uma resposta que pretende ser complexa, mas que torna homogêneas as favelas cariocas. Cria também uma simbiose entre traficantes e favelados, que congela a atuação do favelado como de coadjuvante. Os favelados optariam em estar ao lado dos traficantes, mas não se indignariam, nem agiriam com autonomia.

Um aspecto interessante desses textos denominados de “opinião” é que nem sempre são escritos em cima dos episódios narrados pelas reportagens, mas se guiam por impressões sobre o assunto, que na maioria dos casos fazem parte do senso comum. No mesmo editorial citado acima faz-se uma referência a uma gestão no governo estadual que teria entregado os morros aos traficantes de drogas, e esta ação teria fortalecido estes grupos de criminosos. Suponho que o jornal esta fazendo uma menção ao ex-governador Leonel Brizola, que “levou a fama” de ser o responsável pelo aumento da criminalidade no Rio através de sua política de direitos humanos; idéia que está ligada ao pensamento de setores de direita, de que “é necessário mais polícias (e policiais) para liquidar a violência, que é uma consequência da indisciplina das massas, (...) incapazes de disciplina e, por tudo isso, potencialmente perigosas.” (DAMATTA, 1994, p.178). Assim, a não presença do Estado nestes espaços como instrumento disciplinador, permitiria a escalada do crime e da violência. Outro caso interessante de como idéias pré-concebidas acabam marcando determinados eventos, é o artigo de Zuenir Ventura, publicado no Jornal *O Globo* no dia quatro de maio de 2002. O artigo que comenta a atuação do governo estadual após a posse da vice-governadora, se remete ao protesto ocorrido no Complexo do Alemão no final de abril de 2002. Apesar de não aparecer em nenhuma reportagem sobre o caso a acusação de que os protesto teria

partido dos traficantes, e nem mesmo haver um pronunciamento do governo do estado neste sentido, o jornalista escreve:

“Antes, os traficantes tinham como estratégia não atacar a polícia, (...) Agora, invadem delegacias, matam policiais, assaltam quartéis e, para culminar a escalada, não hesitam em atirar contra o próprio comandante da Polícia Militar. (...) Pior: aprenderam a mobilizar o rancor dos moradores e a instigá-los para o quebra-quebra”.²⁶

A idéia de que é necessário que os traficantes incitem os moradores para que aconteça o protesto se faz presente em quase todas as discussões sobre o tema, mesmo que não exista uma acusação no caso específico que está sendo discutido. Em um outro editorial, do jornal *O Dia* sobre o caso da Mangueira, o texto também trata os moradores de favela como um ator passivo, que teriam agido de forma violenta somente porque foram insuflados por criminosos:

“... os traficantes pressionados por ações do governo em algumas favelas, tentam insuflar seus moradores contra a polícia. O que não chega a ser uma novidade, sempre fizeram isso. (...) O governador Anthony Garotinho e o seu secretário de Segurança, Josias Quintal, deparam-se com uma espinhosa tarefa. Primeiro, terão que descobrir os que estão incitando a população e colocá-los na cadeia. (...) Serenidade e firmeza – é o que se espera dos governantes nesta hora. Serenidade para os protestos não se generalizarem. Firmeza, para tirar de cena os bandidos e aproveitadores da miséria que jogam o cidadão de bem para um confronto insano”.²⁷

²⁶ “A lua-de-mel de Bené.” **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 04 de maio de 2002. P.12

²⁷ “Editorial” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1999. P.12

A posição do jornal fica bem clara no texto acima. Os protestos, ocorridos em vários pontos da cidade, não passariam de uma forma do comércio de drogas ilícitas fazer uma espécie de afronta ao Estado, que estaria intensificando ações no combate a este tipo de crime. Os protestos, desta forma, seriam apenas uma tentativa de desestabilizar o governo estadual em suas ações de combate ao crime no Rio de Janeiro.

Essa postura por parte do Estado diante de protestos de massa não organizados ou *imprevistos*, não é exclusiva da gestão do governo do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1998 e 2002, nem só dos governos recentes. No início do século XX, no episódio conhecido como a “Revolta da Vacina”, alguns defensores da vacina escreviam nos jornais que a revolta era fruto de algumas lideranças (Liga contra a vacina) que estavam explorando a massa e abusando de sua ignorância, pois esses analistas não viam motivos para o descontentamento popular. (PEREIRA, 2002) Portanto, a acusação de que manifestações com recurso à violência são manipuladas por determinados grupos não é uma novidade no Brasil. “O discurso das autoridades da área de segurança pública sobre as revoltas insiste em atribuí-las à ação externa de agitadores subversivos insuflando a massa”. (BADARÓ, 1998, p.104) Outros trabalhos que se dedicaram a estudar protestos que recorrem ao uso da violência também fazem menção a este tipo de acusação. Trabalhos que estudam manifestações na década de 50, como a chamada “revolta das barcas” em 1959 (NUNES, *Op. Cit.*), e trabalhos mais recentes, como os “quebra-quebras” nos canteiros do metrô na década de 80 (VALLADARES, *Op. Cit.*), apontaram a existência deste discurso por parte das autoridades públicas. Nestes episódios a acusação era de que existiam elementos “subversivos” infiltrados nas manifestações que seriam responsáveis por uma “agitação” da massa com o intuito de desestabilizar o governo. Como aponta Valladares, a alegação da presença de “agitadores” nos canteiros do metrô servia para legitimar o aumento da repressão e

ainda descaracterizava os protestos como reivindicações legítimas. Em um curioso episódio narrado por José Álvaro Moisés, a acusação de que os responsáveis pelos quebra-quebras ocorridos em 1947 seriam elementos “subversivos” só aparece um ano mais tarde, quando o partido comunista foi posto novamente na ilegalidade e os comunistas eram perseguidos pelo governo, mesmo que, na época em que ocorreu o protesto os inquéritos instaurados para apurar as responsabilidades não chegaram a nenhuma conclusão. (MOISÉS, *op. cit.*)

A categoria “subversivo” foi usada principalmente para estigmatizar pessoas de “esquerda”, principalmente os comunistas. Este discurso acusatório, como bem demonstrou Gilberto Velho, faz com que a denúncia passe de uma questão política para uma acusação mais globalizadora, colocando em questão a própria “humanidade” do acusado. O “subversivo” seria o elemento que desestabilizaria a sociedade, ao questionar suas regras, sendo dessa forma prejudicial à sociedade e seus valores como um todo. (VELHO, 1981). A presença de um elemento “subversivo” em uma manifestação desqualificaria toda a ação, pois os interesses reais não seriam aqueles reivindicados, mas “desestruturar a sociedade”. Michel Misse em “Malandros, Marginais e Vagabundos” nos mostra que a manifestação de um inimigo comum no interior de uma sociedade, que faz com que esta sociedade se unifique com o objetivo de combatê-lo, serve para construir tipos sociais de sujeição criminal, uma espécie de “fantasma criminal”. Esta tipificação tende a atingir grupos sociais inteiros, criando “sujeitos sociais potencialmente criminais”. O “fantasma criminal” participa, por oposição, da construção social da normalização do individualismo. No Brasil urbano, as demarcações de ciclos normalizadores foram acompanhadas por demarcações do fantasma social adequado para a sua construção. Se entre as décadas de 50 e 70 do século XX, tínhamos como tipos negativos na construção da normalização do indivíduo

as figuras do marginal, do bandido e do comunista (que podemos chamar de subversivo dentro da perspectiva de Gilberto Velho); Nas décadas de 80 e 90 temos como tipos negativos os desempregados, o assalariado precário e os vagabundos (bandidos e traficantes). (MISSE, 1999). A imprensa seria uma das principais responsáveis em construir essa nova figura do inimigo interno, o traficante armado. “O estereótipo do bandido vai se consumando na figura de um jovem negro, funkeiro e morador de favela.” (BATISTA, 1996, p. 233)

Portanto, não é de se estranhar o fato que o governo estadual, responsável por dar uma resposta à população sobre a questão da segurança pública, se utilize deste expediente, a acusação da participação de um inimigo interno (o traficante) nas manifestações contra os agentes de segurança pública. Assim, pude observar que em diversos momentos dentro do período limitado para a pesquisa, os governantes usavam este argumento para tentar “acalmar os ânimos” de uma população preocupada, e, nas palavras da imprensa “aterrorizada”, com eventos que ocorriam na cidade, ao mesmo tempo em que tentava se eximir de uma possível culpa. Pois, se tais manifestações não passavam de atos perpetrados por tais “inimigos” da sociedade, a queixa feita pelo ato perdia sua legitimidade, pois não passaria de uma estratégia de afronta ao governo estadual. Vimos que esta orientação não está presente em todo o período analisado, as mudanças de discurso dentro do próprio governo podem ser atribuídas a mudanças na orientação da política de segurança pública. Se o subsecretário de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares diante aos acontecimentos de 1999 na Mangueira e no Morro da Coroa defendia a resolução dos casos e uma possível indenização para as famílias das vítimas, “Nosso propósito é oferecer garantias e proteção às testemunhas e assim a investigação será mais rápida”,²⁸ o secretário de Segurança Pública Josias Quintal, na mesma edição do jornal, enfatizava que os protestos seriam reprimidos com o uso da

²⁸ “Luiz Eduardo suspeita de execução.” **Jornal O Dia**. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1999. P.14

força. A divergência entre os dois membros do governo estadual não se restringiu a este fato. O próprio subsecretário relata essas diferenças na orientação da política de segurança pública no Rio de Janeiro em um livro publicado posteriormente, em determinado trecho do livro declara: “Se o governo seguisse o conselho do coronel Josias, as velhas polícias não seriam incomodadas e a nova polícia não passaria de efeito cosmético, para eleitor ver”. (SOARES, 2000, p.387) A reorientação das práticas policiais era um ponto importante para esse membro da equipe de segurança pública, e, segundo ele, o então secretário não se empenhava neste sentido. As divergências findaram em março de 2000, quando Luiz Eduardo foi exonerado do cargo. Em abril de 2002, há uma nova troca de comando. O então governador, Anthony Garotinho, deixa o cargo para a sua vice Benedita da Silva. Quem assume a secretaria de segurança pública é o sociólogo Roberto Aguiar que segue uma orientação semelhante à de Luiz Eduardo Soares no comando da secretaria. Todas essas mudanças, dentro de um só governo, acabaram provocando condutas tão diferentes no tratamento do objeto. Se em alguns casos foi dada uma atenção especial às denúncias feitas pelos moradores de favela, até mesmo com a presença de autoridades do governo nas comunidades (Complexo do Alemão e Mangueira); em outros a acusação da participação do tráfico em tais protestos se sobressaía às denúncias feitas.

A imprensa carioca, por sua vez, não seguiu uma linha muito diferente do governo estadual. Constantemente a acusação do governo era absorvida como um fato e repassada em suas reportagens sobre o assunto. Por outro lado, em momentos em que não houve acusação, a imprensa se concentrou no acompanhamento das denúncias feitas durante o protesto. Como Bourdieu já salientou, o Estado tem um “poder simbólico” que lhe confere a capacidade de definir “por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas etc.) a *ordem do*

dia e a hierarquia dos acontecimentos que se impõe aos jornais.” (BOURDIEU, 1997, p. 104) Um exemplo deste fato foi o protesto ocorrido na Cidade de Deus em dezembro de 2002. As denúncias feitas contra policiais militares, inclusive contra oficiais, ocuparam as páginas dos jornais *O Dia* e *O Globo* nos dias que se seguiram ao protesto. Diferenciando-se dos outros protestos em que as reportagens traziam acusações de ligações com tráfico de drogas, promessas de repressão aos protestos, os textos que noticiavam o assunto se detiam exclusivamente às denúncias de corrupção contra a PM. O protesto violento, que em outros casos havia sido objeto de narrações dramáticas, agora passava para um segundo plano, cedendo espaço nos jornais para que as denúncias por ele feitas se tornasse protagonista das páginas policiais.

CONCLUSÃO

Ao analisar como a imprensa escrita do Rio de Janeiro tratou os protestos que são o objeto desta pesquisa, pude concluir que esse tratamento não é unívoco, ou seja, os jornais cariocas *O Dia* e *O Globo* não se detiveram em apenas uma percepção sobre o assunto. Assim como os protestos se apresentaram, a partir das entrevistas, como um objeto heterogêneo, também foram tratados pela imprensa da mesma forma. A grande discussão que cercava, ou ainda cerca, esses protestos é a dúvida se eram ou não uma ação dos traficantes de drogas que atuam nas favelas da cidade. As entrevistas realizadas apontaram para duas diferentes versões, o que leva a crer que as duas são, ou podem ser verdadeiras. A meu ver, houve casos em que os protestos foram ordenados pelos criminosos envolvidos com a venda de drogas ilícitas e outros em que os protestos foram iniciativas da população moradora de favelas, sem uma relação de comando do tráfico de drogas. Contudo, o problema reside no fato de que, a partir dos textos jornalísticos, não é fácil identificar quais os caminhos percorridos pela imprensa na definição de quais protestos deveriam ser tratados como ações comandadas pelo tráfico e quais não deveriam. A única fonte que aparece nas reportagens para responder esta questão são as autoridades responsáveis pela segurança pública no Rio de Janeiro. Assim, podemos concluir que a imprensa acompanhou os acontecimentos relacionados aos protestos de acordo, principalmente, com a versão oficial dos fatos dada pelo governo estadual.

Como apresentado no terceiro capítulo, o expediente de acusação de que os traficantes seriam os responsáveis pelos protestos foi usado pelos representantes do governo estadual em determinados momentos, de acordo com a orientação política em vigor para a questão da segurança pública. Este expediente, que não é novidade no

Brasil, tem como objetivo principal deslegitimar os protestos e suas reivindicações. A imprensa repassando a acusação sob a forma de notícia e, conseqüentemente, de verdade, não permitiu em muitos casos que outras versões para os fatos aparecessem. O que pude também perceber é que a acusação de que os protestos seriam ações do tráfico de drogas ganhava para a imprensa um peso maior do que as denúncias feitas pelos moradores durante os protestos. Desta forma, a acusação, a meu ver, também pode ter tido um papel decisivo em estigmatizar os protestos apenas como ações criminosas, pois penso que a imprensa não apenas descreve a realidade, mas ajuda criá-la e recriá-la. (ALVITO, 2001) Mesmo que em algumas reportagens não apareçam registros de tal acusação, a ênfase da acusação em casos que tiveram uma grande repercussão pode acabar influenciando a percepção de uma parte da sociedade, os leitores dos jornais, em relação aos protestos. Deixando também a discussão sobre a violência policial, motivação geralmente apontada para os protestos, fora do foco das atenções.

Outra questão que podemos apontar é que as reportagens não se estendem além da acusação ou denúncia, não têm um acompanhamento até o final das investigações . As conclusões dos casos, quando finalmente se apuravam as denúncias feitas contra policiais nos protestos e as denúncias de que os protestos não partiam da “comunidade”, mas eram ações dos criminosos locais, não eram noticiadas pela imprensa. Este fato está relacionado à busca por novidades que caracteriza hoje o campo jornalístico. As pressões do mercado atuam neste campo fazendo com que os jornalistas estejam sempre procurando “furos” de reportagens. Assim, a valorização da informação em função de sua atualidade “favorece uma espécie de amnésia permanente que é o avesso negativo da exaltação da novidade e também uma propensão a julgar os produtores e os produtos segundo a oposição do ‘novo’ e do ‘ultrapassado’.” (BOURDIEU, 1997, p.107) Esta “amnésia” provocada pela busca do “furo jornalístico”, fez, por exemplo, com que a

acusação aparecesse em momentos diferentes como se fosse uma denúncia nova, uma nova descoberta das autoridades. A acusação de que os traficantes estariam envolvidos nos protestos como seus mandantes, aparece e reaparece em determinados debates que alguns protestos suscitaram como um fator novo, sem que haja investigações posteriores, ou pelo menos um acompanhamento destas investigações, o que dificulta mais ainda entender estes protestos a partir dos relatos dos jornais e, ao mesmo tempo, colabora para estigmatizar os protestos. Pois a versão dos fatos mais enfatizada é a que diz respeito à acusação, e por não haver um aprofundamento no assunto, esta acaba se tornando a versão final.

O modo como a imprensa tratou o tema pode ter sido influenciado também pela distribuição geográfica dos protestos pela cidade. As diferenças no acompanhamento das notícias tiveram uma relação com os bairros em que ocorreram protestos. Os protestos que foram tratados pela imprensa com mais virulência foram os ocorridos nos bairros com os dois maiores Índices de Desenvolvimento Humano dentre os escolhidos, Copacabana e Rio Comprido. Além disso, o bairro de Copacabana é um importante ponto turístico da cidade, e o bairro do Rio Comprido é um bairro importante na ligação entre a Zona Norte e o Centro da cidade, e da Zona Norte com a Zona Sul através do túnel Rebouças. Assim, as reportagens que trataram destes dois eventos foram as que expressaram com uma maior ênfase a indignação, o medo e os transtornos causados pelos protestos. Os textos que relataram estes dois protestos foram os mais “dramáticos”, as palavras “guerra” e “caos” foram usadas diversas vezes nas reportagens de ambos jornais. Por outro lado, as notícias que relataram o evento ocorrido na Cidade de Deus foram as que menos ressaltaram os atos de violência ou depredação e as denúncias feitas pelos manifestantes da Cidade de Deus receberam mais espaço na mídia do que os atos ocorridos durante o protesto. A Cidade de Deus fica em

uma região menos central da cidade e mais pobre do que os outros dois bairros, e ainda que esteja próxima a uma importante via da cidade, a Linha Amarela, o protesto não atingiu esta via e, portanto, não afetou da mesma forma que os outros dois, nem a imagem da cidade, nem o seu cotidiano. Já os protestos do Complexo do Alemão e da Mangueira tiveram uma grande repercussão pela interferência direta do governo estadual. Nestes dois casos, representantes do governo estadual (o Comandante da PM e subsecretário de Segurança Pública, respectivamente) estiveram presentes nas localidades no momento em que os protestos aconteciam e este foi o fator que mais atraiu a atenção da imprensa. E foi sobre estes fatos, principalmente, que as notícias se concentraram.

A pesquisa também pôde concluir que não existiram diferenças gritantes no acompanhamento da notícia entre os jornais. Apesar das diferenças de orientação dos jornais *O Dia* e *O Globo*, as reportagens não trataram os protestos de maneira muito diversa. Algumas diferenças foram encontradas em um caso ou outro, mas analisando as reportagens sobre os cinco protestos publicadas pelos dois jornais, não foram encontradas grandes diferenças que aqui possam ser ressaltadas. Este fato pode estar ligado à concorrência entre os dois jornais cariocas, que, na disputa por leitores e anunciantes acaba trazendo uma uniformidade para o campo jornalístico.

“Nesse domínio, como em outros, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a *unanimidade* da oferta, da qual podemos facilmente nos convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emissoras de rádio ou de televisão com vasta audiência.” (BOURDIEU, *op. cit.*, p.108)

O último ponto que pretendo abordar nesta conclusão é o que considero o mais importante e, posso dizer, delicado. Apesar das acusações da presença de “inimigos internos” em manifestações populares não ser instrumento novo para deslegitimar reivindicações da população, no caso aqui estudado existem indícios de que, em determinados momentos, a participação dos traficantes como mandantes dos protestos realmente ocorreu. Assim, ao mesmo tempo em que os protestos são fruto de reivindicações legítimas da população e estão chamando principalmente a atenção das entidades ligadas à defesa dos direitos humanos e a do governo estadual para os problemas enfrentados pelos pobres moradores de favela, os traficantes também souberam usar este meio de protesto e o discurso dos direitos humanos que está na sua base, para obter benefícios e dar amostras de sua “força” junto à comunidade, como uma espécie de enfrentamento com a polícia. O objetivo principal dos protestos manipulados por traficantes, em muitos casos, é a retirada das forças policiais das favelas. Este é um dado alarmante, pois o uso dos protestos pelos criminosos colabora para a deslegitimação dos mesmos e também das denúncias. E, principalmente, relaciona de modo grosseiro a defesa dos direitos humanos a uma “defesa de bandidos”, encorajando a truculência do Estado através de suas polícias (pois, a cada denúncia, a resposta mais comum dada pela autoridade responsável é que a força será utilizada para conter os protestos) e enfraquecendo as discussões sobre respeito à cidadania e a democracia. Mais uma vez, quem mais perde neste “jogo de poder” são as populações pobres que habitam as favelas da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Sociedade e Estado**. Brasília: vol. 10, n.02., jul/dez 1995.

ALVITO, Marcos. **As Cores de Acari**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BADARÓ, Marcelo. **Novos e Velhos Sindicalismos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti de Souza W. Drogas e criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro. **Discursos Sediciosos**. Rio de Janeiro: ano 1, n.2, 2º sem. De 1996.

BICALHO DE SOUSA, Nair Heloisa. Trabalhadores pobres: privação, exclusão e rebeldia. **Sociedade e Estado**. Brasília: vol. 10, n.02, jul-dez/1995.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz, PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, Dulce *et al.* (org.) **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARNEIRO, Leandro Piquet. Para medir a violência. In: PANDOLFI, Dulce *et al.* (org.)

Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Política de segurança pública para um estado de direito democrático chamado Brasil. **Discursos Sediciosos.** Rio de Janeiro: ano 1, n.2, 2º sem. De 1996.

DAMATTA, Roberto. **Explorações. Ensaios de Sociologia Interpretativa.** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. **Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **A Casa e a Rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente. 1300 – 1800. Uma cidade sitiada.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

DEMOCRACIA VIVA. Rio de Janeiro: n.9, novembro de 2000/ fevereiro de 2001.

DISCURSOS SEDICIOSOS. Rio de Janeiro: ano 1, n.1, 2º semestre de 1996.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em Pedacos. Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e Voz do Popular.** Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Graal, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. **Rebeldes Primitivos. Estudo das formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração no espaço público. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba: n.13, nov. 1999.

MISSE, Michel. As Ligações Perigosas. Mercado Informal, Ilegal, Narcotráfico e Violência no Rio. **Educação e Contemporaneidade.** Rio de Janeiro: ano 2, n.1, maio. 1997.

_____. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999. (Tese de doutorado)

_____. **O Final da Cadeia. Interpretações da Violência no Rio.** Disponível na INTERNET via [http:// www.ifcs.ufjf.br/~misse](http://www.ifcs.ufjf.br/~misse). Arquivo consultado em 2000.

MOISÉS, José Álvaro. Protesto Urbano e Política: o quebra-quebra de 1947. **Cidade, Povo e Poder.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

NETO, Ana Maria Quiroga Fausto Neto. Violência e dominação: as favelas voltam à cena. **Sociedade e Estado.** Brasília: v. 10, n.2. jul/dez 1995.

NEVES, Frederico de Castro. **A Multidão e a História.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto-CE, 2000.

NUNES, Edson. **A Revolta das Barcas. Populismo, Violência e Conflito Político.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. **Dados. Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: vol. 25, n.1, 1982.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia: O paradoxo brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Leonardo. **As Barricadas da Saúde. Vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Pobreza, Violência e Direitos Humanos. **Novos Estudos**. São Paulo: n.39, Julho de 1994.

RIVERO, Patrícia. **Ônibus Incendiados: uma ocorrência muito freqüente**. Disponível na INTERNET via www.iser.org.br arquivo consultado em 2003.

RUDÉ, George. **A Multidão na História. Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu Casaco de General. Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SODRÉ, Muniz. A sedução dos fatos violentos. In: **Discursos Seditiosos**. Rio de Janeiro: ano 1, n.2, 2º sem. De 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. As drogas e a “questão urbana” no Brasil: a dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob influência do tráficos de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.) **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

THOMPSON, E. P. La economía moral de la multitud em la Inglaterra Del siglo XVII. In:
Tradición, Revuelta e Consciência de Clase Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

VALLADARES, Lícia do Prado. Quebra-quebras na Construção Civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: **Cidade, Povo e Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

VELHO, Gilberto. Duas Categorias de Acusação na Sociedade Brasileira Contemporânea. In:
Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.
Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Braziliense, 1985.

_____. **O Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

_____. Crime, medo e política. **Sociedade e Estado**. Brasília: vol. 10, n.2., jul/dez 1995.